



**INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**MARIA LUIZA CARLOS DA SILVA**

**INTÉRPRETE DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO: QUAIS OS DESAFIOS NA ATUAÇÃO  
DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES SURDOS  
OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO ENSINO MÉDIO?**

**ACARAPE-CE**

**2023**

**MARIA LUIZA CARLOS DA SILVA**

**INTÉRPRETE DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO: QUAIS OS DESAFIOS NA ATUAÇÃO  
DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES SURDOS  
OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO ENSINO MÉDIO?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para obtenção de Título de Licenciado em Pedagogia.  
Orientador: Prof. Dr. Ivan Costa Lima

**ACARAPE-CE**

**2023**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Silva, Maria Luiza Carlos da.

S578i

Intérprete de Libras na educação: quais os desafios na atuação do Intérprete de Libras na aprendizagem de alunos surdos ou com deficiência auditiva no ensino médio / Maria Luiza Carlos da Silva. - Redenção, 2023.

66f: il.

Monografia - Curso de Pedagogia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Costa Lima.

1. Intérprete para surdos. 2. Língua brasileira de sinais - Estudo e ensino. 3. Educação bilíngue. 4. Práticas pedagógicas.  
I. Título

CE/UF/BSP

CDD 371.912

---

**MARIA LUIZA CARLOS DA SILVA**

**INTÉRPRETE DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO: QUAIS OS DESAFIOS NA ATUAÇÃO  
DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES SURDOS  
OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO ENSINO MÉDIO?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto  
de Humanidades da Universidade da Integração  
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
(UNILAB), como requisito parcial para obtenção  
de Título de Licenciado em Pedagogia.  
Orientador: Prof. Dr. Ivan Costa Lima

**Aprovada em:** 03/07/2023

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professor Dr. Ivan Costa Lima - (Orientador – UNILAB)

---

Professora Ms. Vanessa Teixeira de F. Nogueira (Examinador/a – UNILAB)

---

Professor Prof. Dr. Luís Eduardo Torres Bedoya (Examinador/a – UNILAB)

Dedico este trabalho a Deus, que me deu saúde e forças para superar todos os momentos difíceis a que eu me deparei ao longo da minha graduação. Só você sabe o que é melhor para mim e tenho fé em você.

## AGRADECIMENTOS

A Deus que me deu o dom da vida e a ele elevo a minha fé, que me deu forças e sabedoria para questionar realidades e buscar sempre um novo mundo de possibilidades. Eu amo a minha vida, Senhor! Abençoa-me com boa saúde, segurança, conforto, paz e alegria. Que as minhas preces e a minha gratidão cheguem ao Senhor. Amém!

Aos meus pais, Raimundo Carlos da Silva e Raimunda Nonata da Silva pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Por terem permitido que eu ainda criança, saísse do seio familiar e vir ao Centro de Baturité-CE para ter uma melhor educação e, hoje, a recompensa e a vitória são de todos nós que fazemos a família Carlos Silva.

A minha tia Maria de Jesus Lima Lopes (in memoriam), por ter me educado, me feito uma mulher de bem, sempre dando exemplo de honestidade e me fazendo crer que através dos estudos me realizaria tanto pessoal como profissional. Aos meus irmãos e irmãs pela união, carinho e apoio na minha vida acadêmica e em todos os momentos da minha vida.

A minha querida filha Karen Silva Pedrosa que sempre me contagia com seu sorriso e amor. E todas as dificuldades encontradas no caminho ao longo desses anos de curso era dela que vinha a minha inspiração. As amigas de turma pela parceria nos estudos, as trocas de experiências, sempre fortalecendo os conhecimentos e tornando as amizades sinceras e verdadeiras ao longo do curso, deixo meu carinho, respeito e admiração.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e todos os centros acadêmicos (CA), eu deixo uma palavra de agradecimento por todo ambiente inspirador e pela oportunidade de concluir este curso. Por oportunizar a janela que hoje vislumbro um horizonte e me proporcionar ter grandes professores. A todos (a) os professores (a) do Curso de Pedagogia por seus ensinamentos, paciência, confiança e que através de seus conhecimentos me ajudaram a concluir o curso.

A meu orientador Prof. Dr. Ivan Costa Lima, pelo apoio e todo suporte na elaboração deste trabalho, por sempre estar presente para indicar a direção correta que o trabalho deveria tomar, pelas valiosas contribuições dadas durante todo o processo e, que apesar da intensa rotina de sua vida acadêmica aceitou me orientar nesta monografia. Minha eterna gratidão por ser uma pessoa de luz e tão humana.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada. Chegou o fim um ciclo de muitas risadas, choro, felicidade e frustrações. Sendo assim, dedico este trabalho a todos que fizeram parte desta etapa da minha vida. Obrigada por contar com todos vocês!

“A voz dos surdos são as mãos e os corpos que pensam, sonham e expressam. As línguas de sinais envolvem movimentos que podem parecer sem sentido para muitos, mas que significam a possibilidade de organizar as idéias, estruturar o pensamento e manifestar o significado da vida para os surdos. Pensar sobre a surdez requer penetrar no mundo dos surdos e ouvir as mãos que, com alguns movimentos, nos dizem que para tornar possível o contato entre os mundos envolvidos se faz necessário conhecer a língua de sinais.”

**Ronice Müller de Quadros**

## RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa, que se propõe a compreender a atuação e relevância do Intérprete de Língua de Sinais em sala de aula com alunos/as surdos/as e o seu papel na educação. Problematiza-se a experiência de um Intérprete de Língua de Sinais em sala de aula com uma aluna surda de uma escola de ensino médio em Baturité-CE. Utilizou-se como abordagem metodológica a perspectiva qualitativa, inicialmente bibliográfica, com base nas informações de estudos em livros e fontes existentes sobre o tema, com informações no contexto histórico do Ensino de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Por outro lado, realizou-se um estudo de caso, com a coleta de dados feita por meio de um formulário com perguntas abertas realizando-se uma entrevista semiestruturada, em que o entrevistado relatou sua trajetória profissional e sua experiência em sala de aula como intérprete. Discute-se a importância do Ensino de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), demonstrando-se que ao longo dos anos as pessoas surdas lutam por direitos, onde no Brasil após muitas lutas, foi sancionada a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002 dando-se direito ao uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como também, a Lei Federal 12.319 de 01 de setembro de 2010 que regulamenta a atuação da profissão de tradutor e intérprete de Língua de Sinais Português (TILSP), gerando uma grande conquista e assegurando os surdos e a comunidade surda seu espaço na educação, no mercado de trabalho e os incluindo na sociedade.

**Palavras-chaves:** Educação. Língua Brasileira de Sinais. Intérprete. Práticas Pedagógicas.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1. CAPÍTULO 01: BASES TEÓRICAS DO ESTUDO.....</b>	<b>13</b>
1.1 Delimitações do Tema e do Problema.....	13
1.2 Objetivos.....	16
1.3 Justificativa.....	16
1.4 Metodologia.....	20
<b>2. CAPÍTULO 02: BASE TEÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA.....</b>	<b>23</b>
2.1 A Educação Especial e Inclusiva na Realidade Brasileira.....	23
2.2 Da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ao Intérprete de Língua de Sinais .....	29
2.3 Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Comunidade Surda .....	33
2.4 A Educação de Surdos no Contexto Cearense.....	40
2.5 O Papel do Intérprete de Língua de Sinais apontadas pela Política Especial.....	44
<b>3. CAPÍTULO 03: A EXPERIÊNCIA DE UM INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS E SUA ATUAÇÃO EM SALA DE AULA.....</b>	<b>47</b>
3.1 Atuação e Relevância do Intérprete de Língua de Sinais em Sala de Aula .....	47
3.2 Trajetória e Experiências do Intérprete de Língua de Sinais na Sala de Aula.....	48
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>59</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>64</b>

## INTRODUÇÃO

Escrever, antes de tudo, é transmitir sentimentos, muitas das vezes, sentimentos que nem sabemos que estamos sentindo. É produzir conhecimento a partir da exteriorização de nossos pensamentos. Escrever é a oportunidade de criarmos e recriarmos nossas histórias, compartilhando informações e propagando os mais variados saberes dentro de um espaço e tempo ilimitado, prática essa criada dentro das principais civilizações africanas, berço da humanidade e, que se tornou um poderoso instrumento de apoio para o registro de memória dos seres humanos e no campo educacional (OLSON; TORRANCE, 2016, p. 13).

Antes de tudo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) vem nos dizer que os Surdos não devem ser classificados e/ou rotulados como portadores de deficiência física, mas sim reconhecidos como formadores de uma comunidade linguística minoritária, pois o surdo possui uma língua pautada na modalidade gestual-visual<sup>1</sup>, cuja toda essa estrutura se diferencia de todas as demais em sociedade, isto é, da oral-auditiva<sup>2</sup>.

Para entendermos as línguas de sinais, devemos levar em consideração que, primeiro são línguas naturais de comunidades surdas, além disso, elas possuem determinadas regras específicas que contribui para o desenvolvimento cognitivo do sujeito surdo, e principalmente para sua relação para/com a sociedade no geral. Outro apontamento fundamental é que não há uma língua de sinais a nível universal, isto é, que seja compreendida por todos os surdos no mundo inteiro, o que há são particularidades que as tornam diferentes umas das outras, mediante essas considerações “*O surdo [...] tem, portanto, de se valer da língua escrita de seu país.*” (SILVA, 2001, p. 42).

Podemos destacar grandes conquistas mundiais através da luta das comunidades surdas em todo o mundo, como por exemplo, a criação do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, em Paris considerada a primeira escola de Surdos do mundo; no Brasil em 2002 Fernando Henrique Cardoso (FHC) sancionou a Lei 10.436 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão; em 2010 Luís Inácio Lula da Silva (LULA) também sancionou a Lei 12.319 de 01 de setembro de 2010 que regulamenta a atuação do Intérprete de Língua de Sinais Português (TILSP), o que é quase nada frente aos desafios que essas comunidades enfrentam diariamente dentro dos muros escolares, por isso a necessidade de se produzir novos estudos e discussões sobre a temática.

---

<sup>1</sup> [...] contam com um sistema gestual de produção e um visual para sua percepção [...] (RODRIGUES, 2018, p.304).

<sup>2</sup> Podemos afirmar que as línguas orais, de modalidade vocal-auditiva (oral-auditiva), contam com um sistema de articulação vocal e um sistema auditivo de recepção [...] (RODRIGUES, 2018, p. 304).

A seguinte pesquisa traz, em seu desenvolvimento, uma grande necessidade de explorarmos acerca da história da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como também, discutirmos o papel do Intérprete de Língua de Sinais dentro do campo educacional, em específico, no Ensino Médio<sup>3</sup>. Desta forma, discute-se a Educação Básica<sup>4</sup> no Brasil, tendo como referência a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva nomeada pela Portaria nº 555/2007 e prorrogada pela Portaria nº 948/2007, com foco na atuação do Intérprete de Língua de Sinais<sup>5</sup> que atua com estudantes com surdez<sup>6</sup>.

Para tanto, fomento uma discussão mediante referências bibliográficas com embasamento teórico de autores/as que tragam conhecimento sobre a trajetória da Língua Brasileira de Sinais, e a importância do papel do Intérprete de Língua de Sinais na área da educação. Aborda-se que este profissional deve ser qualificado, sendo capaz de dar suporte no ambiente educacional, para que de fato, as pessoas surdas tenham acesso e direito de uma educação regular e com acessibilidade ao ensino bilíngue.

A abordagem deste trabalho é voltada à prática educacional, a experiência e os desafios do Intérprete de Libras, que atuou em uma escola de ensino médio na cidade de Baturité-CE. Metodologicamente, utiliza-se da pesquisa qualitativa, com a abordagem de estudo de caso, a partir do relato do Intérprete de Língua de Sinais, através de uma entrevista semiestruturada, com base em quinze perguntas elaboradas como uma melhor forma de coletar informações da experiência e momentos vivenciados por ele em sala de aula.

Esses escritos tem com base o foco no trabalho do Intérprete de Língua de Sinais, na compreensão da linguagem como instrumento mediadora em sala de aula, desta forma, seu papel visa a estabelecer conexão do aluno/a surdo/a ao conhecimento, produzindo a integração, socialização e inclusão para pessoas surdas no Brasil. Como também, apontando o contexto histórico do ensino de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no Brasil e no Ceará.

Considero com este trabalho, que a escola nos tempos atuais, não pode se pautar somente a oferecer o ensino comum para alunos considerados “normais”, mas sim, pautado dentro de uma política educacional que atenda as possíveis demandas daqueles/as que carregam diferentes deficiências, em destaque na pesquisa, indivíduos com déficit de audição e surdos. A escola tem como princípio ser um espaço educativo focado no ensino e

---

<sup>3</sup> Etapa única com duração mínima de três (03) anos com organização em séries: 1ª série, 2ª série e 3ª série.

<sup>4</sup> A educação básica de acordo com a (LDB 9394/96) é estruturada a partir de três etapas, sendo elas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, tornando-se obrigatória a partir dos quatro anos de idade.

<sup>5</sup> Pessoa que interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua, ou desta outra língua para uma determinada língua de sinais. (QUADROS, 2002, p. 11).

<sup>6</sup> Termo correto para se referir à impossibilidade e dificuldade do indivíduo em ouvir, tendo como causa diversos fatores que vão desde o nascimento e/ou durante a vida do indivíduo.

aprendizagem, desta forma, este conhecimento deve estar assegurado para todos/as.

Nesse sentido, observa-se a existência de políticas sociais e públicas, voltadas ao oferecimento de uma educação inclusiva como forma de promover que diferentes sujeitos tenham acesso ao ensino igualitário. De fato, penso que a escola é um ambiente com mecanismos que gera socialização entre os indivíduos.

Nos tópicos demonstro que a Língua de Sinais, com o passar dos anos, após muitas lutas vem ganhando consideravelmente uma visibilidade, e através das conquistas das leis, que produzem os avanços no ensino bilíngue para as pessoas surdas por todas as regiões do nosso país. Como afirma Goldfeld (2002, p. 38):

A história da educação dos surdos nos mostra que a língua oral não dá conta de todas as necessidades da comunidade surda. No momento em que a língua de sinais passou a ser mais difundida, os surdos tiveram mais condições de desenvolvimento intelectual, profissional e social. (GOLDFELD, 2002, p. 38).

Assim, com trabalho desenvolvido, espero deixar evidente, que a Língua Brasileira de Sinais e seu profissional, como mecanismos necessários em favor da inclusão, após essas conquistas das leis para as pessoas surdas, garantindo seu espaço o direito de voz participativa em todas as ações na sociedade. A pesquisa em questão pretende ser uma fonte de estudo e possibilitar esclarecimentos, baseados na experiência do intérprete/tradutor, que através de seu depoimento reforça os desafios desta prática educativa.

Diante das seguintes apresentações, a estrutura da presente monografia é composta de uma introdução, três capítulos estruturados como descritos a seguir:

Capítulo 1, apresento as bases que dão sustentação teórica e metodológica ao estudo realizado, indicando a questão central que orienta minhas buscas, justificativa e objetivos.

Capítulo 2, concentro-me no debate da história da Língua Brasileira de Sinais e o papel central que o Intérprete de Línguas de Sinais assume nesta tarefa, trazendo esta atuação dentro do âmbito da política de inclusão no Brasil.

Capítulo 3, é onde apresento as experiências do Intérprete de Línguas de Sinais dentro de uma escola pública, seus desafios e potencialidades neste processo tão importante.

Por fim, as considerações finais, onde reflito que as políticas públicas do nosso país teriam que ser mais atuantes, sobre as demandas referentes às pessoas surdas, dando mais ênfase na educação bilíngue no ensino escolas regular, para que assim o Intérprete de Línguas de Sinais tenha mais destaque e relevância em seu papel dentro de sala de aula. Encerramos com as referências utilizadas e devidos anexos.

## **CAPÍTULO 1: BASES TEÓRICAS DO ESTUDO**

Neste capítulo inicial pretende-se situar o leitor nos elementos que estruturam a pesquisa realizada, apresentando o tema de estudo e seu recorte no debate amplo que é a educação especial e inclusiva, bem como o problema que orientou a trajetória de estudos, seus objetivos e metodologia realizada para alcançar a realização do trabalho.

### **1.1. Delimitação do Tema e do Problema**

Dentro dos estudos educacionais têm-se diferentes possibilidades de pesquisas e temas que podem ser abordados e que complementam nosso percurso acadêmico. Dentro disso, pretende-se discutir um aspecto que perpassa a educação básica no Brasil, que se refere à educação especial e dentro dela o debate da inclusão, com foco na atuação do profissional que atua com a surdez.

Sobre isso, não podemos deixar de mencionar que sobre esse fator tem-se a constituição de uma linguagem que tem sido utilizada para o ensino e aprendizagem do estudante surdo. Assim, esta pesquisa busca conhecer o trabalho de um profissional Intérprete de Língua de Sinais, relatando sua experiência na atuação com uma aluna surda do ensino médio em uma escola pública no Ceará.

Entende-se que, a formação do/a Pedagogo/a é direcionada à Educação Infantil e os Anos Iniciais pertencente ao Ensino Fundamental I, no entanto, por conta da importância da abordagem do trabalho do Intérprete de Língua de Sinais, e dos conhecimentos que tivemos, trazemos esta pesquisa com olhar direcionado ao ensino médio, que se espera evidencie a importância desse profissional em toda o sistema de ensino no Brasil.

Por tanto, o estudo se situa dentro do debate da educação básica no Brasil, tendo como foco a Educação Especial e Inclusiva, política estabelecida a partir dos anos 2000, como tentativa de ampliar o debate sobre os direitos humanos, no sentido de construir um processo de ensino que articula a inserção dos estudantes surdos com os demais alunos/as, oportunizando uma educação igualitária de saberes coletivos.

Neste sentido, vamos nos centrar na compreensão do papel do surdo junto com o contexto escolar, discutindo a inserção de meios de comunicação utilizada para a conexão dos alunos/as com a comunidade escolar, no caso a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como instrumento importante em garantir o desenvolvimento da aprendizagem dos surdos dentro dos muros escolares.

Para tanto, nos interessa nesse debate entender não o ensino da Língua Brasileira de Sinais em si, mas o papel do intermediador do estudante surdo/a com a comunidade escolar, pois, compreendemos que é importante considerar os desafios enfrentados pelo Intérprete de Línguas de Sinais no Ensino Médio, por conta de fazer interligação com os conteúdos de diferentes áreas de conhecimentos que estão presentes na escola, e da relação em que se estabelece entre professores/as e demais estudantes.

Assim, com foco no trabalho do Intérprete de Línguas de Sinais, queremos trazer sua experiência vinculada ao seu desempenho tendo como papel sua atuação de maneira educativa, ou seja, que tem como função traduzir e interpretar a língua de sinais para a língua portuguesa e vice-versa em qualquer modalidade de ensino.

Por outro lado, ampliar o conhecimento sobre a ação mediadora dentro do espaço educativo, ação que tem proporcionado critérios básicos para uma educação inclusiva dos (a) estudantes surdos (a), com isso, na compreensão de como os (a) alunos/as ouvintes e não ouvintes tenha a possibilidade de estabelecer conexões de respeito e de ensino aprendizagem tendo dentro da sala de aula com contato com estudantes surdos/as.

Deste ponto de vista, segundo Saviani (2021, p. 17), “[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. O que significa produzir diferentes interações entre diferentes sujeitos para que possam se sentir parte do conhecimento produzido. Nesse aspecto, as redes de ensino precisam promover acessibilidade, que no caso específico de nosso estudo, se refere aos estudantes surdos/as ao aprendizado da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como forma em possibilitar mediações nos espaços escolares com adaptações adequadas e direcionadas às diversas necessidades de alunos/as com deficiência.

Para tanto, no Brasil tem-se uma política pública de educação especial que apregoa a necessidade da inclusão, conforme aponta a legislação educacional de inclusão, onde temos:

A lei federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, artigo 24 do decreto nº 3.298/99 e a lei nº 7.853/89, a pessoa com deficiência tem direito à educação pública e gratuita preferencialmente na rede regular de ensino, e ainda, à educação adaptada às suas necessidades educacionais especiais. (BRASIL, 1996. p. 07).

Esta legislação se vincula a adesão do nosso País com as políticas mais amplas de educação especial, nesse caso como estabelece a Declaração Mundial sobre Educação para

Todos (Conferência Mundial de Educação para Todos – 1990, p. 06), que no artigo 3 apregoa a universalizar o acesso à educação e promover a equidade, onde:

1. A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades. 2. Para que a educação básica se torne equitativa, é mister oferecer a todas as crianças, jovens e adultos, a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade da aprendizagem. (UNESCO, 1990, p. 06).

Nesse sentido, podemos perceber que deve haver um compromisso das políticas educacionais para atingir a qualidade exigida. Sobre isto, pensando na educação para surdos e sua inclusão escolar, se faz necessário articular os conhecimentos formais com a linguagem trabalhada na escola, de forma a conciliar a linguagem familiar com os saberes escolares, a forma como esse aluno (a) se comunica em casa, pois, de acordo com Marchesi,

Aquilo que ocorre no âmbito familiar de qualquer aluno tem uma grande importância em seu desenvolvimento e em sua aprendizagem. As relações que existem na família, o clima social e emocional, o acompanhamento dos progressos da criança e as expectativas em relação a ela são fatores de grande influência na evolução de todas as crianças. No caso das crianças surdas, além daqueles, há um aspecto do ambiente familiar que tem uma relevância particular: o tipo de comunicação que se utiliza em casa. (COOL; MARCHESI; PALACIOS; 2004, p. 185).

Assim, pretendemos com este trabalho identificar quais os desafios na atuação do Intérprete de Língua de Sinais na aprendizagem de estudantes surdos no ensino médio. Com isso, através da experiência deste profissional da área, vamos abordar as práticas pedagógicas que são utilizadas nesse processo, percebendo sua relação com as orientações do Ministério da Educação (MEC) que orienta a educação inclusiva como direito de todos e todas.

Para tanto, os espaços, os ambientes, os recursos devem ser acessíveis e responder à especificidade de cada deficiência presente na escola, portanto, significa que não é somente matricular o aluno/a que tenha dificuldade, mas sim garantir as exigências da Política Nacional de Educação Especial e Inclusiva, que lhe ofereça um ensino que atenda suas necessidades. Neste sentido, a pesquisa quer apresentar as ações do profissional que apresenta como tarefa a mediação dentro da sala dos estudantes surdos/as com a comunidade escolar.

Diante do exposto trago como questão central o seguinte problema de pesquisa: *quais os desafios do papel do Intérprete de Língua de Sinais dentro do ramo de aprendizagem dos alunos surdos no Ensino Médio?* O seguinte questionamento surgiu durante as primeiras

leituras sobre a temática. Assim, busca-se a partir dessa pergunta gancho ampliar o conhecimento sobre a ação educativa deste profissional e sua importância para ampliar uma política que se pretende inclusiva na educação brasileira.

## 1.2. Objetivos:

Para alcançar a problemática anunciada anteriormente, definimos diferentes objetivos que contribuiriam para dar os caminhos necessários a efetivar o tema definido. Assim, temos os seguintes objetivos, sendo um deles o geral e os demais específicos:

### Objetivo Geral:

- Compreender a atuação e relevância do Intérprete de Línguas de Sinais em sala de aula com alunos/as surdos/as e o seu papel na educação;

### Objetivos Específicos:

- Identificar o perfil e a formação do profissional Intérprete de Línguas de Sinais e seus desafios no contexto escolar e sua avaliação do trabalho realizado dentro deste ambiente;
- Apresentar a trajetória da Língua Brasileira de Sinais no Brasil do ponto de vista da Educação Especial e Inclusiva;
- Compreender o que a política educacional determina para a prática do profissional Intérprete de Línguas de Sinais dentro da sala de aula.

## 1.3. Justificativa:

A compreensão de uma pesquisa e sua importância está vinculado às escolhas que fazemos em nossas vidas, que pensamos interferem na busca do tema, em que as dimensões sociais, políticas, mas também pessoais orientam nossas buscas acadêmicas. Assim, em termos pessoais, ao longo da minha vida eu tive uma ligação com a área da educação, isso aconteceu logo na minha infância, por volta dos meus oito anos, aonde vim do sertão morar com minha tia na cidade de Baturité-CE.



Ela era secretária em uma escola do município, suas outras irmãs também eram da educação e, assim, fui convivendo com parentes e amigos próximos a ela que eram da mesma área. Aos vinte anos, namorei meu ex-marido o qual estava se formando em matemática e já lecionava em uma escola particular em Fortaleza-CE, com isso sempre o acompanhei em suas lutas diárias de estudo, preparação de aulas, correção de provas; e o observava o quanto ele se dedicava e tinha prazer por sua profissão.

Anos depois ele fez mestrado, e eu sempre o vendo estudar e crescer profissionalmente cada vez mais, a partir disso, decidi que eu também poderia ter uma graduação, mesmo sendo mãe, esposa, dona de casa e, também trabalhando em uma escola particular como monitora de informática, onde já fazem quinze anos que estou na mesma, na função de digitadora.

Com esse pensamento de retomada dos estudos, foi em 2010 que iniciei minha primeira graduação no curso de Serviço Social, em uma faculdade particular em Baturité-CE. Foi nessa instituição que em uma das disciplinas optativas tive a disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), de modo que, foi meu primeiro contato com essa Língua, e logo me encantei. Depois que conclui o curso, o tempo foi passando e não consegui emprego na área e isso foi me deixando bastante desanimada.

Quando foi em 2016, fiquei sabendo do edital de graduados para ingressar na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), dentre as opções de curso a Licenciatura Plena em Pedagogia foi o que mais me despertou interesse, pensando na perspectiva por todo o contato que eu já tinha na área da educação e, assim, dei mais um passo a uma segunda graduação agora em uma universidade pública federal.

Como acadêmica do curso de Pedagogia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), e cursando o 8º semestre, em uma das disciplinas tive um colega surdo, e pude perceber sua dificuldade quando o mesmo não podia acompanhar a disciplina, pois, em uma determinada ocasião seu Intérprete havia adoecido. Esta situação, me fez perceber o quanto o papel do Intérprete de Línguas de Sinais é importante para possibilitar o acesso dos conteúdos ensinados de maneira igualitária. Passei então a refletir a necessidade de quando eu, como uma pedagoga formada, ao me deparar com um/a aluno/a surdo em uma sala de aula como está preparada para esse desafio.

Em base, este tema foi escolhido pensando nos Intérprete de Línguas de Sinais, tendo em vista suas necessidades de atuação em amplos espaços educativos, em especial a sua inserção em instituições escolares com a tarefa de atuar como profissionais que tem a responsabilidade em fazer a interlocução dos estudantes surdos/as com a comunidade escolar. De maneira geral, foi com a publicação da Lei 12.319 de 1º de setembro de 2010, que se

regulamentou a profissão do Intérprete de Línguas de Sinais, permitindo sua atuação em espaços escolares como um profissional com mais frequência.

A legislação determina que para este profissional atuar na área, é necessário ter concluído o ensino médio, ter curso profissionalizante reconhecido e apresentar competência e ser fluente em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Pesquisar sobre a presença de um Intérprete de Línguas de Sinais no âmbito educacional pode reforçar a importância na articulação entre professores/as e estudantes, tendo em vista que este profissional deve facilitar a comunicação entre aluno/a surdo/a, professor/a e demais ouvintes de uma Instituição escolar.

Assim, seu trabalho pode contemplar ao aluno/a surdo/a uma melhor compreensão dos conteúdos didáticos aplicados em sala de aula pelos educadores/as. O estudo pode também, explicitar para a sociedade mais abrangente que tal profissional tem uma relevância na responsabilidade de agir como mediador e estabelecer essa conexão da relação aluno surdo/a e o mundo escolar. Penso que, através deste trabalho, poderá servir de material de pesquisa para os estudantes do curso de pedagogia, da universidade, pesquisadores, professores e demais interessados no tema, e assim, contribuirá bastante para esclarecer e abrir a mente de quem não entende e, por conseguinte não reconhece a importância desse profissional como um mediador de inclusão social na área da educação.

Por outro lado, essa questão se mostra relevante ao verificar que no município de Baturité-CE, nunca me deparei com esse profissional em nenhuma modalidade de ensino, pública ou particular, o que denota que há uma lacuna para a efetivação da política de inclusão, no que se refere ao trabalho do Intérprete de Línguas de Sinais. Esta questão ficou mais evidente quando conversando com um colega Intérprete de Línguas de Sinais aluno da Universidade (UNILAB) do curso de Antropologia, pude ter uma noção inicial sobre seus desafios na atuação, principalmente, quando acompanhou uma aluna no Ensino Médio no Liceu de Baturité. Ele me fez um breve histórico sobre a realidade de ser Intérprete de Línguas de Sinais no interior surgindo deste ponto os seus desafios:

Assim, o que eu posso dizer de desafio é mais no sentido na minha experiência, eu trabalhava na cidade como intérprete de Libras e a gente encontra na cidade no contexto de pessoas surdas que sabem Libras muito bem, têm uma comunidade surda que é solidificada que são pessoas que se encontram na associação de surdos por exemplo todos os sábados, que são fluentes na língua, que são surdos políticos, politizados da sua identidade que propõe pautas coletivas, que fazem movimentos, que fazem passeatas (Informação verbal).

Essa fala inicial já coloca em evidência a diferença do trabalho com a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em espaços urbanos estruturados e a diferença em cidades do interior, em especial como se pode apreender da sua fala, uma organização dos surdos/as que percebem a necessidade de se associar para ampliar este debate, conforme complementa:

E quando a gente sai desse contexto da cidade vai para o interior por exemplo, a gente não encontra nada disso, a gente encontra por exemplo uma coisa completamente diferente. Às vezes a gente encontra surdo que não sabe Libras, às vezes a gente encontra gestão que não sabe a função do intérprete que acha que intérprete é um professor que precisa ensinar para o indivíduo surdo a língua de sinais, quando a gestão não encontra isso a gente encontra isso na falha comunicativa que existe na relação do indivíduo intérprete e do indivíduo surdo tendo em vista que o indivíduo não sabe a língua de sinais por exemplo, então a gente precisa ensinar a ele a língua de sinais para a partir disso nosso trabalho fazer sentido (Informação verbal).

O intérprete que conversei já teve algumas experiências nas escolas aqui da região do Maciço de Baturité, seguindo nossa conversa ele fala de outra experiência:

Quando eu cheguei a Guaramiranga a aluna surda que eu trabalhava não sabia Libras, aí o que eu fazia, eu tinha que ensinar ela a língua de sinais ao mesmo tempo ensinava o conteúdo uma coisa simples do conteúdo, muito básica e fazia uma relação com a Libras, ensinando os dois de uma maneira muito básica pois eu não tenho domínio, mas porque eu fiz isso? Eu precisava fazer isso. Existe um código de ética que ainda não é documentado e até é documentado, mas é complexo falar sobre esse código de ética, mas de uma maneira geral ele paira na cabeça dos intérpretes um conjunto de comportamentos a não ser seguidos, um desses conjuntos de comportamentos é o de ensinar o aluno surdo porque se reconhece intérprete como intérprete um instrumental de inclusão dentro da sala de aula e não como um professor. Só que no interior a gente defronta com essa realidade, a gente sente nosso trabalho questionado pois não posso ajudar/ensinar um aluno surdo se ele não souber Libras não vou ter como trabalhar aqui. Então, ele vai precisar aprender Libras e quem pode ensinar? Eu, outra pessoa não pode, então você acaba ensinando a língua de sinais ao aluno. (Informação verbal).

Esse diálogo inicial reforça a justificativa para a realização de uma pesquisa que trate destas questões. Assim, após o diálogo com o intérprete e compreendendo alguns de seus desafios encontrados nos municípios, abraço mais ainda está causa em desenvolver um trabalho acadêmico, baseado nos desafios desses profissionais os quais sabemos da importância do seu papel, mas que ainda, precisa ser valorizado na sociedade.

O Intérprete de Línguas de Sinais faz a mediação dos conteúdos dando uma melhor qualidade no ensino- aprendizagem dos alunos surdos com a perspectiva de inclusão com a

comunidade surda e os ouvintes. Esta pesquisa busca responder minhas dúvidas e questionamentos, por de fato, não ter um conhecimento mais sistematizado dos desafios do Intérprete de Línguas de Sinais no âmbito educacional, por conta de pouco contato acadêmico e por não ter conhecimento desses profissionais atuando no município de Baturité-CE.

Com isso, busca-se ampliar os conhecimentos sobre os desafios e as facilidades que este profissional sente no cotidiano escolar. Pode-se ainda com este trabalho, se atentar para a importância da conquista da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), considerada com Língua própria das comunidades surdas, bem como, ampliar a compreensão do debate trazida pela aprovação da Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo Decreto 5.626/2005, que em seu artigo 2º, entende-se que a pessoa surda, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, dessa forma abraçando essa conquista pelo uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Um tema bastante pertinente, visando à necessidade do Intérprete de Línguas de Sinais em diversos ambientes, principalmente nas escolas. Tema este, que vem ocupando no espaço educacional e social bastante significativo, tornando acessível e inclusivo o ensino regular aos alunos surdos. Assim, o estudo sobre um profissional que atua com a prática em dar suporte e atender as demandas dos alunos surdos, reforça a interlocução com os demais grupos de profissionais, possibilitando atuar com a equipe de inclusão social, com um ganho bastante significativo para a política de inclusão.

#### 1.4. Metodologia:

Para atingir os objetivos propostos desta pesquisa pretendemos lançar mão de uma metodologia numa perspectiva qualitativa, que pode oferecer uma compreensão mais abrangente do trabalho do Intérprete de Línguas de Sinais na educação. Bem como, com objetivo de conhecer e compreender a situação do indivíduo em questão da pesquisa, a metodologia qualitativa oferta as informações com a produção dos dados da entrevista o pesquisador navega nessas informações obtidas, como bem nos assegura os escritos trazidos por Almeida (2016) em sua obra:

O qualitativo deve-se, em boa medida, à forma como as unidades de observação são escolhidas e estruturadas, ao tipo de conhecimento aprofundado a ser produzido pelos casos e à relativa indistinção entre objeto e contexto. Uma vez definidos os casos, o processo de produção de dados pode utilizar diferentes técnicas de investigação (ALMEIDA, 2016, p. 65).

Para auxiliar nesta abordagem utilizaremos fontes bibliográficas, de artigos científicos já publicados, livros teóricos, que possam contribuir em melhor elucidar a importância do tema para a sociedade. Dentro deste universo escolhemos articular o estudo de caso como contribuição a pesquisa educacional. Estudo de caso é um estudo de forma investigativa com propósito de descrever, analisar o problema investigado. Neste caso,

Muitas coisas podem se tornar um estudo de caso: uma trajetória individual, um pequeno grupo, uma dinâmica comunitária, um evento com impacto social, uma situação social específica, uma política pública, uma cidade, um bairro etc. (ALMEIDA, 2016, p. 61).

Assim, a pesquisa cuja temática abordada se refere ao Intérprete de Língua de Sinais, será desenvolvida, através da disponibilização de um instrumental com informações, a partir de dados coletados, com a realização de uma entrevista semiestruturada. Entrevista esta, em que *“o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido”* (LAKATOS; MARCONI 2003, p.197), onde as perguntas feitas ao entrevistado são seguidas por um formulário.

Formulário é um instrumento muito usado para coletar dados e obter informações de um caso em estudo. Segundo os escritos produzidos por Selltiz, Wrightsman e Cook (1965, p. 172), formulário *“é o nome geral usado para designar uma coleção de questões que são perguntadas e anotadas por um entrevistador numa situação face a face com outra pessoa”*. Tal como, a entrevista foi uma ferramenta de grande valor para a pesquisa, pois, através dos elementos coletados o entrevistador tem em mãos material importante para elaborar suas considerações sobre o tema.

Complementando-se as ideias dos autores acima no que diz respeito à coleta de dados através de formulários, Gerhardt e Silveira (2009) vem nos detalhar um pouco mais a respeito dessa técnica de coleta de dados e suas relevâncias na estruturação de uma pesquisa, como podemos ver na seguinte passagem:

É o nome geralmente usado para designar uma coleção de questões que são formuladas e anotadas por um entrevistador, numa situação face a face com o entrevistado. As perguntas devem ser ordenadas, das mais simples às mais complexas; vale lembrar que as perguntas devem referir-se a uma ideia cada vez e possibilitar uma única interpretação, sempre respeitado o nível de conhecimento do informante. Tanto o questionário quanto o formulário, por se constituírem de perguntas padronizadas, são instrumentos de pesquisa mais adequados à quantificação, porque são mais fáceis de serem codificados e tabulados, propiciando comparações com outros dados relacionados ao tema pesquisado. O questionário e o formulário são instrumentos que se diferenciam apenas no que se refere à forma de aplicação. O questionário é preenchido pelo próprio entrevistado, e o

formulário é preenchido indiretamente, isto é, pelo entrevistador. (GERHARDT E SILVEIRA, 2009, p. 71).

Mas, para isso é preciso saber formular bem as perguntas ao entrevistado, visto que, ele pode dar informações que não sejam relevantes a sua pesquisa, um pré-teste como também pondera o autor ao falar sobre formulário na coleta de dados,

Como para o questionário, recomenda-se o pré-teste para o formulário, visando evitar possíveis falhas ou imprecisões na redação, complexidade das questões, questões desnecessárias, constrangimentos para o informante, exaustão, etc. (GERHARDT E SILVEIRA, 2009, p. 71).

Desta forma, é preciso saber conduzir a entrevista, de maneira, que o entrevistador domine a situação com leveza e caminhos que obtenha informações positivas para a produção do seu estudo. Através da entrevista o pesquisador terá riqueza de informações e base a dar continuidade a construção da sua pesquisa. Após este momento de coleta e sistematização dos dados, o estudo buscará compreender esta realidade através de uma abordagem explicativa que:

Têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso mesmo, é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente. (GIL, 2002, p. 42).

O conjunto de dados levantados metodologicamente possibilitará uma melhor explicação dos detalhes e dos desafios vivenciados pelo Intérprete de Língua de Sinais. Teremos como interlocutor um aluno da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) do curso de Antropologia com formação e pós-graduação em docência de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), o curso técnico de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e sua atuação numa escola pública na cidade de Baturité-CE do Ensino Médio. O roteiro a ser elaborado pretende cobrir as escolhas, a formação e a prática deste profissional no desafio de agir como Intérprete de Língua de Sinais na escola em que realizou seu trabalho.

## **CAPÍTULO 2: BASE TEÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA**

Neste capítulo faremos o debate realizado por estudos, legislações e artigos que tratam da Educação Especial e Inclusiva no Brasil, evidenciando os surdos e a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e o papel que se espera da ação do Intérprete de Língua de Sinais com os surdos dentro dos muros escolares.

### **2.1 A Educação Especial e Inclusiva na realidade brasileira:**

Na perspectiva em conhecer o papel do Intérprete de Língua de Sinais na educação escolar, e, conseqüentemente, perceber a importância de uma educação bilíngue, conforme discuto em breve, é que se pode comprovar a qualidade das escolas que tenham surdos/as no Brasil. Educação essa em que os alunos/as surdos/as, muitas vezes, vêm de famílias ouvintes, nem sempre com conhecimento ou acesso a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), vindo de uma cultura com uma comunicação de expressões visuais, que, por vezes, trazem limites na relação com estudantes surdos/as.

Os alunos/as surdos/as têm o direito garantido a uma educação bilíngue, pela Lei 14.191/21, em que lhe permite em todos os níveis uma educação que possibilite o ensino em duas modalidades, adquirindo a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como sua língua de instrução, e Língua Portuguesa como a modalidade escrita. Assim, a educação bilíngue diz respeito a vários desafios:

Estamos frente a um conceito muito amplo, que inclui questões linguísticas, antropológicas, educativas, sociológicas, psicológicas, etc. A educação bilíngue é um reflexo cristalino de uma situação e uma condição sociolinguística dos próprios surdos; um reflexo coerente que tem que encontrar seus modelos pedagógicos adequados. A escola bilíngue deveria encontrar neste reflexo o modo de criar e aprofundar, de forma massiva, as condições de acesso à língua de sinais e à segunda língua, à identidade pessoal e social, à informação significativa, ao mundo do trabalho e a cultura dos surdos (SKLIAR, 1999, p. 53).

Nesse contexto, as escolas no Brasil precisam fazer valer a lei, promovendo o acesso de uma educação bilíngue com professores/as preparados em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e Língua Portuguesa, como também, pela presença e integração com o Intérprete de Língua de Sinais. É fundamental oportunizar aos (as) alunos (a) surdos (a) a compreensão e valores de sua identidade na cultura surda, como também uma boa comunicação de diálogo

com pessoas ouvintes. De modo que, a educação no bilinguismo os alunos surdos primeiramente aprendem a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e posteriormente a escrita da Língua Portuguesa.

Conforme Fernandes (2003), não é simplesmente tornar disponível o uso de duas línguas no contexto escolar, tomando a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) uma língua natural e a Língua Portuguesa uma segunda língua,

Bilinguismo é mais do que o domínio puro e simples de uma outra língua como mero instrumento de comunicação. E neste sentido, apenas os integrantes dessa comunidade, como surdos, podem contribuir, de modo efetivo, para a educação de crianças surdas (FERNANDES, 2003, p. 55).

Contudo, percebe-se a importância do bilinguismo nas escolas, de modo que haja uma integração escolar e social para alunos (a) surdos (a), para que tenham uma relação de diálogo com pessoas ouvintes, e, assim, se sintam fazendo parte da sociedade. Não se pode esquecer que ainda existe preconceito por parte de pessoas ouvintes, até mesmo, por não terem conhecimento da língua de sinais.

Esse preconceito se estendeu por anos, onde as pessoas não entendiam a surdez como uma deficiência e, que não deveria significar impedimento para a vida social. Por muito tempo, a comunidade surda era discriminada, taxadas como pessoas loucas, que não deveriam ter acesso à educação, simplesmente por acharem que não mereciam conviver normalmente na sociedade. A Constituição Federal de 1988 nos traz em seu Artigo 205 e 206 a educação como um direito de todos,

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (EC nº 19/98 e EC nº 53/2006) I–igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II–liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III–pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV–gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V–valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas [...]. (BRASIL, 1988, p. 123).

Apesar de trazer essas garantias, notamos que o documento traz uma carência no que diz respeito a uma educação inclusiva para todos. Neste sentido, estamos nos referindo à



necessidade de construção de uma política pública, que garanta a execução das diretrizes voltadas para os estudantes surdos. Com isso, podemos compreender a política pública como “[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar esta ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso destas ações (variável dependente) [...]” (SOUZA, 2006, p. 26).

Assim, a partir desta definição temos no Brasil a política voltada para a educação especial, que diz respeito a uma:

Modalidade de educação escolar; processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, p. 39).

Dentro disso é entendida como uma política que atravessa todos os sistemas de ensino na perspectiva de oportunizar o desenvolvimento de estudantes com deficiências.

A Lei Brasileira de Inclusão – LBI nº 13.146 de 2015 considera uma pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, por a qual em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p. 10).

Assim, tendo em vista, os avanços quanto ao acesso de pessoas com quaisquer deficiências, regidos por lei, discute-se que não se pode limitar seu ingresso no ensino regular da educação básica e na educação de nível superior. Desse modo, com esse acesso, percebemos o processo de aprendizagem desses alunos/as, entende-se o valor e quanto o papel de inclusão são válidos e importantes, de tal forma que estão regidos por leis e decretos pelo governo brasileiro. Contudo, o valor dessas leis foi um passo importante na garantia ao acesso para uma educação inclusiva e com uma integração social.

Para Mantoan (2003, p.14), a educação do viés inclusivo faz-se na medida em que as escolas inclui a todos no sistema regular de ensino, fazendo as devidas mudanças em busca de aprendizagem de todos os estudantes. Nessa perspectiva de uma educação inclusiva para alunos com deficiência, no caso os surdos, se dar por meios educacionais em que a escola esteja preparada por medidas educativas possibilitando à aprendizagem desses alunos. Visto que esse ambiente escolar possibilite instrumentos de mediação facilitando a comunicação e

expressão entre educador e aluno surdo como também os demais alunos ouvintes e colaboradores escolar. Assim podemos ver resultados neste processo de construção de conhecimento, desenvolvimento e aprendizado.

Diante das conquistas de leis e projetos promovidos pelo governo, *“Cabe ao Estado, nesse contexto, a tarefa de buscar novos caminhos para a superação de alguns dos obstáculos presentes no seio social que distanciam os segmentos excluídos do acesso aos bens e serviços e, no caso específico da inclusão escolar, do direito à educação.”* (MATISKEI, 2004, p. 187).

A inclusão escolar não é simplesmente incluir os educandos na escola, mas sim, incluí-los e integrá-los de forma que participem igualmente nas diversas atividades articuladas dentro da escola. Visto que todos os alunos sem exceção ou exclusão participem de qualquer atividade pedagógica elaborada e desenvolvida em sala ou nos espaços da escola, lhe assegurando o direito de participação de maneira inclusiva e de igualdade.

Como consta na Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Capítulo I, nas disposições gerais:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015, p.01).

Essa lei reforça e assegura as pessoas com deficiência tenha seu direito de igualdade e inclusão ao frequentar qualquer unidade educacional, como também, dando a elas oportunidades de cidadania em ambientes de convívio social. Na perspectiva da educação especial e inclusiva, a escola é um espaço educativo, onde os alunos devem sentir-se confortáveis e seguros, sem nenhuma natureza em relação a discriminação ou exclusão.

Os educadores/as, por entenderem a complexidade do ensino-aprendizagem dos alunos/as, têm o papel de trabalharem com a diferença. Percebendo que cada um/a tem seu tempo de evoluir, assim, buscar maneiras que os beneficie igualmente, de forma que contribuam para o desenvolvimento educacional de todos/as, de forma significativa independente de sua condição de deficiente.

Assim, segundo os apontamentos realizados por Aranha em sua obra:

[...] quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo é aquele que

garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados. (ARANHA, 2004, 07).

Dentro deste debate, vamos fazer referência às pessoas surdas no caso os estudantes surdos/as. Neste sentido, estamos utilizando a nomenclatura defendida pelos próprios surdos/as, que são aqueles/as que tem perda profunda da audição. Ao passo que, para aqueles com perda auditiva, trata-se de pessoas surdas.

Nossa sociedade, como pode-se observar, vive em constante mudanças em diversos aspectos e, sobretudo, nas questões sociais, destacando aqui a política de inclusão de pessoas que necessitam de educação especial em ambiente escolar. Nesse sentido, as pessoas surdas, podem ocupar um papel relevante na sociedade, na medida em que, as instituições os acolham como sujeitos de direitos. No que se refere às instituições educacionais, seja pública ou privada, têm a responsabilidade não apenas pelo "somente ensinar", mas, como contribuir na inserção dos deficientes, perante a sociedade, ampliando sua importância política e social.

Nesta concepção, falar em inclusão é totalmente necessário, não somente no cenário atual, mas como uma abordagem que deveria estar em pauta, em todos os momentos da vida brasileira. De tal modo, que a inclusão como estratégia de valorização, mas, também de possibilitar uma boa integração social, que seja relevante, em nosso caso para as pessoas surdas. Significa, a preocupação com esse e demais grupos, que estavam ausentes do espaço educacional formal. Com isso, a questão é debater com toda a sociedade, pois, no país onde vivemos, tem-se uma Constituição Federal que apregoa que todos têm direitos iguais.

Portanto, como educadores/as que pretende uma formação crítica, não podemos nos calar para que de fato essa pauta possa valer. Reforça-se que é um direito do (a) aluno (a) surdo/a ser incluso na escola regular, é o que se exige desse ambiente, que consiga se organizar para a construção de posicionamentos e procedimentos relacionados a pauta de um ensino aprendizagem, que seja baseado em uma pedagogia, em que, os educadores/as estejam propícios de uma formação com mudanças pedagógicas afinadas com a política nacional de uma educação especial e inclusiva, capaz de promover uma integração social e igualdade de condições a todos/as alunos/as em sala de aula.

Como de fato, possibilitar que professores/as possam estar preparados a atuar, com uma postura humana e baseada em saberes pedagógicos, levando-se a compreensão das limitações e necessidades de cada aluno/a. O professor em sala deve ter a sensibilidade e um olhar explorador, ao observar que o (a) aluno/a surdo/a necessita de um Intérprete de Língua de Sinais, como forma para que ambos possam se comunicar, bem como, para que o (a)

aluno/a possa compreender e acompanhar tudo que for transmitido em sala. Neste sentido, a importância do Intérprete de Língua de Sinais para o (a) aluno/a surdo/a tem um valor significativo muito grande, pois, desta forma, o estudante consegue se incluir, podendo se conectar com os conteúdos e professores/as.

Bem como, na relação com os colegas, com os trabalhos em equipe, possibilitando-se seu posicionamento nos diversos assuntos vistos nas aulas, tornando uma relação bastante construtiva para todos/as. Penso que esta abordagem, seja de fato enriquecedora para quem vive essa experiência, pois, agrega valor para o aluno/a surdo/a, como também, para as pessoas ouvintes, uma troca de saberes sendo percebível a prática da inclusão.

Tratando-se de Educação Inclusiva, Oliveira (2012) traz as seguintes considerações:

[...] a escola inclusiva deve atender às necessidades de “todos” e quaisquer alunos, nessa escola, as atitudes enfatizam uma postura não só dos educadores, mas de todo o sistema educacional. Uma instituição educacional com orientação inclusiva é aquela que se preocupa com a modificação da estrutura, do funcionamento e da resposta educativa que se deve dar a todas as diferenças individuais, inclusive às associadas a alguma deficiência em qualquer instituição de ensino, e em todos os níveis de ensino. (OLIVEIRA, 2012, p. 95).

Em uma sala de aula, com aluno/a surdo/a, a comunicação entre professor/a e os alunos/as ouvintes deve ser feita pela mediação de um Intérprete de Língua de Sinais, já que de maneira geral, o (a) educador/a em sala não tem conhecimento sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), desta forma, compete a esse profissional articular com os demais essa comunicação, sendo de fundamental importância no espaço escolar. Os desafios de alunos/as com surdez são muitos, partindo do seu próprio lar como a falta de preparo e conhecimento por parte da família. Assim, quando o aluno/a chega na escola, muitas delas, não estão devidamente preparadas e conforme determinada a legislação nacional.

Observa-se, falta de instrumentos, recursos metodológicos e professores/as capacitados/as, que possam de maneira qualificada, atender as demandas de uma educação inclusiva com suas necessidades educativas especiais. Com isso reforça-se que: “*A educação especial está [...] baseada na necessidade de proporcionar a igualdade de oportunidades, mediante a diversificação de serviços educacionais, de modo a atender às diferenças individuais dos alunos, por mais acentuadas que elas sejam*” (MAZZOTTA, 2005, p. 10).

Sabe-se que, o ambiente escolar deve ser um espaço acolhedor, educativo e inclusivo. Ao receber alunos/as com modalidade especial, seria adequado, que a escola já dispusesse de espaços físicos, como também materiais que facilitasse o aprendizado. No nosso caso,

houvesse a disposição profissionais habilitados para facilitar a comunicação com alunos/as surdos/as, de tal forma, que os estudantes percebam que todos/as estão atentos e conscientes aos seus direitos e deveres, e assim a legislação, de fato, possa ser cumprida. Como discutirei mais à frente, os desafios ainda são imensos, pois a implantação da política da educação especial e inclusiva carece de recursos, mas, percebe-se, pelo menos uma maior consciência de sua importância, apesar de tudo. Para tanto, vamos discorrer sobre a importância do Intérprete de Língua de Sinais na educação e as possibilidades educativas que pode exercer.

## 2.2 Da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ao Intérprete de Línguas de Sinais:

Percebe-se ao longo dos estudos que a profissão de intérprete ainda é pouco conhecida. Conforme o artigo intitulado “O papel do tradutor/intérprete de libras na compreensão de conceitos pelo surdo”, o autor vem trazer as seguintes considerações a respeito do profissional tradutor e intérprete de Língua de Sinais/Português (TILSP):

O tradutor/intérprete de Libras é o profissional que interpreta e traduz a mensagem de uma língua para outra de forma precisa, permitindo a comunicação entre duas culturas distintas. Ele possui, assim, a função de intermediar a interação comunicativa entre o surdo e a pessoa que não usa a Libras. O intérprete, em situação face a face com o surdo, precisa dar conta de formular todas as informações que estão sendo discutidas. Essa condição vai marcar um momento de planejamento, ou seja, o modo como ele irá organizar todas as informações com base nas suas competências para poder transmiti-las na língua alvo. (MARCON, 2012, p. 238).

Com isso, nas leituras realizadas, analiso que na vertente educacional, este profissional tem sua atuação em diversos níveis de formação, tanto na educação básica como na acadêmica como um todo. De acordo com Quadros (2002), a presença de intérpretes de língua de sinais no Brasil, foi visivelmente percebida através de trabalhos religiosos por volta dos anos de 1980. Como se pode perceber a partir de uma breve história:

a) de intérpretes de língua de sinais em trabalhos religiosos iniciados por volta dos anos 80. b) Em 1988, realizou-se o I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais organizado pela FENEIS que propiciou, pela primeira vez, o intercâmbio entre alguns intérpretes do Brasil e a avaliação sobre a ética do profissional intérprete. c) Em 1992, realizou-se o II Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, também organizado pela FENEIS que promoveu o intercâmbio entre as diferentes experiências dos intérpretes no país, discussões e votação do regimento interno do Departamento Nacional de Intérpretes fundado mediante a aprovação do mesmo. d) De 1993 a 1994, realizaram-se alguns encontros estaduais. e) A partir dos anos

90, foram estabelecidas unidades de intérpretes ligadas aos escritórios regionais da FENEIS. Em 2002, a FENEIS sedia escritórios em São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Teófilo Otoni, Brasília e Recife, além da matriz no Rio de Janeiro. f) Em 2000, foi disponibilizada a página dos intérpretes de língua de [www.interpretels.hpg.com.br](http://www.interpretels.hpg.com.br) Também foi aberto um espaço para participação dos intérpretes através de uma lista de discussão via e-mail. Esta lista é aberta para todos os intérpretes interessados e pode ser acessada através da página dos intérpretes. g) No dia 24 de abril de 2002, foi homologada a lei federal que reconhece a língua brasileira de sinais como língua oficial das comunidades surdas brasileiras. Tal lei representa um passo fundamental no processo de reconhecimento e formação do profissional intérprete da língua de sinais no Brasil, bem como, a abertura de várias oportunidades no mercado de trabalho que são respaldadas pela questão legal. (QUADROS, 2002, p.14).

E foi somente, em 2002, que a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) foi reconhecida como língua oficial da comunidade surda brasileira, após ser sancionada a Lei Federal nº 10.436 de 24 de abril, do ano citado, sendo regulamentada pelo decreto federal 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Em outro artigo intitulado “O papel e a atuação do tradutor intérprete de libras na universidade federal de Pernambuco: avanços e desafios” os autores falam sobre as primeiras oportunidades que surgem para os profissionais somente no ano de 2009,

O primeiro concurso público federal que ofereceu vaga para Tradutor e Intérprete de Libras foi realizado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2009. Desde então, outras Instituições de Ensino Superior (IES) federal têm realizado concursos com vagas para esses profissionais. E com isso, o TILSP está cada vez mais presente nos cursos de graduação e pós graduação. Historicamente houve várias discussões sobre como garantir aos alunos surdos um acesso pleno à educação. Cada vez é mais consensual que a presença do TILSP, no processo educacional é essencial para viabilizar a acessibilidade comunicacional em toda a comunidade acadêmica. Não apenas para os surdos inseridos nela, mas para todos os sujeitos que precisarem se comunicar com eles em todos os espaços. (ARAÚJO; OLIVEIRA; AQUINO; SANTOS, 2018, p. 02).

De acordo com as informações do artigo citado anteriormente, foi realizado no ano de 2009, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), a primeira oferta de vaga em concurso público federal para o profissional Tradutor e Intérprete de Libras. A partir daí outras Instituições de Ensino Superior Federal (IES) vêm realizando concursos com vagas para esses profissionais. Com esse fato, o Tradutor Intérprete de Língua de Sinais-Português está cada vez mais presente nos cursos de graduação e pós-graduação.

Destaco que o instrumento essencial para que ao decorrer dos anos fosse regulamentado a atuação da profissão tradutor e intérprete de Língua de Sinais Português (TILSP), foi pela sanção da lei federal 12.319 de 01 de setembro de 2010.

Com todos esses avanços, as instituições precisaram incluir no seu quadro, profissionais para a tradução e interpretação de/para LIBRAS, para garantir a acessibilidade, para que uma ponte fosse estabelecida entre elas e o surdo (RODRIGUES; VALENTE 2012). Esses avanços contribuem para garantir com melhor qualidade o acesso no ensino aprendizado de aluno surdo no ensino regular e nos diversos níveis, dando ao aluno total acesso e lhe garantindo seus direitos na sociedade como um cidadão.

Neste sentido, se fortalece a afirmação trazida por Pinaud (2015, p. 13), quando discute que: “[...] o intérprete educacional acompanha o aluno surdo que ingressa na “escola normal”, ou dita “não especial” e representa a ponte invisível que se faz entre o surdo e o professor [...]”. Reforçando a importância e a valorização do Intérprete de Língua de Sinais no processo educativo dentro de uma sala de aula de ensino regular.

Compete ao Intérprete de Língua de Sinais interpretar, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas na escola de forma a viabilizar, aos surdos, o acesso aos conteúdos curriculares (SILVA; OLIVEIRA, 2016).

De acordo com as ideias trazidas por Silva e Oliveira (2016) no que diz respeito às funções a serem exercidas pelos Intérpretes de Línguas de Sinais,

[...] as funções a serem desempenhadas pelo intérprete de Libras vêm sendo ressignificadas, uma vez que seu saber e seu fazer são perpassados por certas peculiaridades da área educacional e não somente pelo domínio e pela fluência de Libras. Ao tratarem das especificidades da atuação desse profissional, Lacerda e Góes (2002), Quadros (2003), Tuxi (2009), Martins (2008) e Albres (2015) apontam que a função primordial do intérprete de libras educacional é intermediar as relações estabelecidas entre o aluno surdo e os demais sujeitos presentes nesse contexto. Buscando elementos para discutir sobre a inserção do intérprete de Libras na educação, reunimos os estudos das autoras mencionadas sob dois enfoques: o primeiro trata das questões de âmbito pedagógico e o segundo abarca pontos acerca da competência linguística. (SILVA; OLIVEIRA, 2016, p. 698).

De modo que, é importante ressaltar a importância da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que por ocasião da oficialização da Lei Nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e dá outras providências, o Brasil reconheceu como a Língua das comunidades surdas brasileiras, dispondo no seu artigo 4º que:

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, como parte integrante dos Parâmetros

A partir dessa oficialização, do direito ao acesso a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), as pessoas surdas têm acesso a uma abordagem que valoriza sua identidade e cultura própria. Com isso, no âmbito educacional se legitima a inserção dessas pessoas, tanto ao acesso de um ensino de qualidade, como também a garantia de serem inseridos igualmente no mercado de trabalho. Lembrando a importância da presença dos profissionais especializados de Intérpretes de Línguas de Sinais para o devido uso a esses espaços por pessoas surdas.

Esta compreensão sobre a importância da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e seu Intérprete de Língua de Sinais, se insere no processo de construção de uma Educação Especial, que de fato considere as diferenças como possibilidade, no ponto de vista de Inclusão social. Pois, conforme dito anteriormente, busca-se efetivar uma educação bilíngue, onde se faz presente o domínio de duas línguas, o português e a língua de sinais. De tal forma, que o Intérprete de Língua de Sinais faz essa integração dos alunos/as surdos/as com os ouvintes no processo educativo linguístico, pelos espaços educativos, ressaltando-se a importância deste profissional.

No Brasil, foi em 24 de abril de 2002, que a Lei 10.436/02, sancionada torna de forma legal a utilização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que significa a oficialização de um meio de comunicação e expressão visual-motora, pela comunidade de pessoas surdas e com déficit de audição no Brasil. Desta forma, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) se apresenta como um sistema linguístico, com o uso próprio de sua gramática.

Como consta no parágrafo único da Lei 10.436/02, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa, como também estabelece nos seguintes artigos:

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor. (BRASIL, 2002, p. 01).

Estas leis, que foram estabelecidas pelo poder da república no Brasil, são instrumentos essenciais para garantir os direitos e estabelecer uma organização, para que, as pessoas que delas necessitam tenham acesso como: a saúde, educação, lazer e inclusão e acessibilidade nos espaços coletivos. Essa regulamentação pretende construir uma convivência de igualdade



na sociedade, como também, se preocupa com a inserção dos surdos/as no mercado de trabalho. Compreende-se que são leis resultante lutas ao longo dos anos no Brasil, cujo principal objetivo é a possibilidade de alcançar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com surdez.

### 2.3 Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a comunidade surda:

Existem no Brasil algumas pesquisas, estudos e artigos que buscam aprofundar e explorar diferentes aspectos da estrutura da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e mais ainda, torná-la conhecida para o público e para a sociedade. Da mesma forma, esclarecendo a importância do uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), para a comunidade surda, como um instrumento próprio de comunicação. Através do uso pessoas surdas ou com baixo nível de audição teriam possibilidade de ampliar conhecimentos e informações, já que a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) se apresenta como um instrumento de integração social.

Nessa perspectiva, a língua brasileira de sinais é “*visual-espacial articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo*” (Quadros, 2002, p.19), considerada uma linguagem natural e comum usada pelas pessoas surdas. O primeiro estudo no Brasil foi feito por Gladis Knak Rehfeldt, em 1981. Consequentemente, abriu-se caminhos para que outros autores pudessem explorar outras pesquisas e conhecimentos, nos mais amplos aspectos dentro da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Pesquisas estas, associadas às atividades dirigidas pela Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo (FENEIS) e que foram responsáveis pelo reconhecimento da língua brasileira de sinais como uma língua de fato no Brasil. Interessa apontar um número crescente de publicações, onde diferentes autores reforçam a relevância da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como uma estrutura própria da língua brasileira de sinais tais como:

Lucinda Ferreira Brito que foram publicadas em forma de um livro em 1995 (Por uma gramática das línguas de sinais). Vale mencionar alguns exemplos, tais como Fernandez (1990), um trabalho de psicolinguística; Karnopp (1994) que estudou aspectos de aquisição de fonologia por crianças surdas de pais surdos; Felipe (1993) que propõe um tipologia de verbos em língua brasileira de sinais; os meus trabalhos: Quadros (1995) que apresenta uma análise da distribuição dos pronomes na língua brasileira de sinais e as repercussões desse aspecto na aquisição da linguagem de crianças surdas de pais surdos (publicado parcialmente em forma de livro em 1997 - Educação de surdos: a aquisição da linguagem) e Quadros (1999) que apresenta a estrutura da língua brasileira de sinais. (QUADROS, 2002, p.19).

São de fato contribuições e avanços significativos para o conhecimento da estrutura linguística da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), contribuindo-se na luta pelos direitos das pessoas surdas, garantindo-lhes o acesso a um meio de comunicação.

Para tanto, discuto alguns momentos históricos realizados por diferentes pesquisadores/as, que investigam os avanços conseguidos pelas pessoas surdas, em termos de dimensões linguísticas, educacionais, sociais, políticas e culturais. Por meios de pesquisas e investigações que compreendesse existir diferentes conceitos, entre eles de: povo surdo e comunidade surda:

O povo surdo é grupo de sujeitos surdos que têm costumes, história, tradições em comuns e pertencentes às mesmas peculiaridades, ou seja, constrói sua concepção de mundo através da visão. A comunidade surda, na verdade não é só de surdos, já que tem sujeitos ouvintes juntos, que são família, intérpretes, professores, amigos e outros que participam e compartilham os mesmos interesses em comuns em uma determinada localização que podem ser às associações de surdos, federações de surdos, igrejas e outros (STROBEL, 2009, p. 06)

Quando se retoma a história dos surdos, nos vem à memória várias trajetórias percorridas por esta comunidade, por vezes, com registros poucos favoráveis sobre as pessoas surdas, já que parte desta produção foi realizada de maneira geral por ouvintes. Sobre isto, registro uma marcante reflexão da autora Sá (2004), que diz a respeito da história de surdos:

Em síntese, a história dos surdos, contada pelos não-surdos, é mais ou menos assim: primeiramente os surdos foram “descobertos” pelos ouvintes, depois eles foram isolados da sociedade para serem “educados” e, afinal, conseguem ser como os ouvintes; quando não mais se pôde isolá-los, porque eles começaram a formar grupos que se fortaleciam, tentou-se dispersá-los, para que não criassem guetos. (SÁ, 2004, p. 03).

Assim, as pessoas surdas foram vistas como deficientes, tidas como incompletas, sendo seres amaldiçoados, rejeitados, excluídos da sociedade, dignos de pena e de pessoas que necessitam de caridade, posteriormente, a solidariedade. Como afirma Strobel em seus pensamentos sobre a presença do surdo na sociedade,

A presença do povo surdo é tão antiga quanto à humanidade. Sempre existiram surdos. O que acontece, porém, é que nos diferentes momentos históricos nem sempre eles foram respeitados em suas diferenças ou mesmo reconhecidos como seres humanos. (STROBEL, 2009, p. 42).

Esse olhar enviesado vem tomando uma nova dimensão, contribuindo-se favoravelmente para novos enfoques como sujeitos portadores de direitos, sendo suas potencialidades discutida e pontuada por profissionais de diversas áreas. Em destaque a área da saúde, que tem se esforçado para trazer um atendimento humanizado, da mesma forma, que discutem as representações sociais da deficiência como contribuição para que a atenção à saúde dessa população torne-se de fácil acesso.

Contudo, em diferentes espaços, ainda é importante desmistificar o pensamento em que o sujeito surdo/a não teria capacidade intelectual, não sendo possível desenvolver atividades educacionais ou profissionais, tão pouco conseguir conviver na sociedade e se tornarem seres independentes. Esses pensamentos errôneos sobre as pessoas surdas, gerou preconceitos por décadas, até por muitos, aos dias atuais.

Com isso, reforça-se a necessidade de mecanismos que contribuam com essa independência dos surdos/as. Observando-se os acontecimentos históricos, podemos intensificar a importância da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), no desenvolvimento social dos surdos, como também, uma ferramenta considerável na comunicação e educação dessas pessoas. Ressaltando-se o papel do intérprete como intermediador entre surdos e ouvintes, rompendo barreiras para que os surdos/as possam ter sua participação e integração de maneira saudável na sociedade.

Como viu-se nos estudos do contexto histórico, já na pré-história o ser humano utilizava as mãos para se comunicar, conforme o passar do tempo o uso das mãos foi substituído pela forma de comunicação oral. Com isso, a comunicação por sinais teve seu uso limitado, passando a ser utilizada pelos surdos, onde a oralidade se tornou predominante na comunicação de ouvintes.

Sobre a educação de Libras em base nas leituras, deu-se início na Espanha, precisamente, no século XVI, contando como um dos primeiros professores Ponce de León (1520-1584). Não se obtém muita informação sobre o seu trabalho, considerando que na época, o método utilizado era guardado como um segredo, o que se sabe é que ele utilizava um tipo de alfabeto manual para ensinar os alunos a falar.

Segundo as informações encontradas nos estudos, foi em Paris no ano de 1755 fundada a primeira escola para o ensino de surdos, por L'Épée, que, *“em seu trabalho, utilizava os sinais pelos quais os surdos se comunicavam entre si e inventou outros, que denominava de sinais metódicos, usados para o desenvolvimento da linguagem escrita”* (ROCHA, 2008, p.18). Sendo, alguém com muita relevância na educação de surdos, em que de fato, ele reconhecia que toda pessoa surda tinha o direito o acesso à educação e assim,

transformou sua casa em escola pública. Sendo ele foi o primeiro a sinalizar que o surdo tinha uma língua.

No Brasil, registra-se que foi em uma viagem à França que Dom Pedro II teve conhecimento dos trabalhos realizados por L'Épée, no Instituto de Surdos de Paris, logo observou que no Brasil ainda não havia metodologias voltadas para a educação dos surdos. Dessa forma, convidou o professor francês Hernest Huet para realizar no Brasil uma educação voltada às pessoas surdas, salienta-se, assim, seu papel essencial no aparecimento da comunicação e educação dos surdos/as no país.

Conforme se lê, Hernest Huet fundamentou seus métodos educacionais na leitura labial, articulação da fala e auxílio da datilologia, tornando a língua de sinais francesa à base da Língua Brasileira de Sinais (REILY, 2004, p. 03).

Assim, com o apoio de Dom Pedro II, foi fundado no ano de 1857, no Rio de Janeiro o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos, por Hernest Huet, sendo chamado atualmente de Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). Mas, foi em 1960 devido ao acréscimo de diagnósticos de surdez, que gerou o maior número de pessoas com interesse em aprender a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). O Instituto Nacional dos Surdos é apresentado por Ribeiro (2019) da seguinte forma,

O INES é o órgão do Ministério da Educação (MEC), que responsabiliza-se por produzir, desenvolver e divulgar conhecimentos científicos e tecnológicos na área da surdez para todo o Brasil. O subsídio da Política Nacional de Educação também fica sob sua tutela, na perspectiva de promover e assegurar a progressão global da pessoa surda, sua participação íntegra na sociedade e o respeito às diferenças que apresentam<sup>8</sup>. Desde sua institucionalização, é um importante referencial na educação dos surdos. (RIBEIRO, 2019, p. 49).

Outro registro histórico importante, foi que em 1873 o surdo Flausino José da Gama publicou um documento com os primeiros desenhos dos surdos/as, separados por categorias dentro de “Icographia dos Signaes dos Surdos-Mudos” documento este de muita relevância para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Era uma época, em que o Brasil, estava atravessando um período de evoluções tecnológicas, no avanço com as pesquisas e novidades para o povo surdo. Porém, em 1911, ocorreu legalmente a proibição ao uso da língua de sinais levando o Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES) a utilização somente do oralismo. Sendo punidos como forma de castigo tendo as mãos amarradas, qualquer pessoa que tentasse utilizar a Língua de Sinais. Essa medida deu-se até o final da década de 1960.

Esse momento de repressão, nos casos de alunos/as com muitas dificuldades na aprendizagem, esses tinham acesso a lápis e papel para se comunicar. Na tentativa de alguém praticar o uso de sinais sofriam castigo, tendo suas mãos amarradas, essa determinação foi até o final da década de 1960. No entanto, foi a partir de 1960, que surgiu um número considerável de pessoas interessadas em aprender a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), após a identificação de um crescente número de pessoas com surdez.

Em 16 de maio de 1987, houve a criação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), sendo apresentada da seguinte forma pelos escritos de Ribeiro (2019):

A FENEIS, Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, é uma entidade filantrópica, de cunho civil e sem fins lucrativos, que tem por desígnio a defesa de políticas em educação, cultura, saúde e assistência social, em favor da comunidade surda brasileira, além do resguardo de seus direitos e deveres. Objetiva-se pelo desenvolvimento de ações educativas informais e permanentes, com intuito da valorização do ser humano e os estímulos à autonomia pessoal, à interação e ao contato com expressões e maneiras diversificadas de pensar, agir e sentir. É um órgão que também oferece atividades de turismo social, programas de saúde, de educação ambiental e projetos especiais destinados às crianças e a terceira idade, dentre outros. (RIBEIRO, 2019, p. 50-51).

Em sua criação, 10 anos antes, a mesma recebia outro nome Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos (FENEIDA) que também é descrita pelo autor da seguinte forma:

[...] ano de 1977, foi fundada como FENEIDA, Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos, sendo composta apenas por pessoas ouvintes que estavam envolvidas com a problemática da surdez. Passado 10 anos de sua institucionalização, em 1987, alteraram seu nome para FENEIS, trocando-se o termo deficiente auditivo por surdo (do qual podemos imaginar o motivo, visto que já salientamos essas nomenclaturas no decorrer da pesquisa). Enquanto FENEIS, passou a abranger toda a comunidade surda, sendo constituída por ouvintes e surdos. (RIBEIRO, 2019, 51).

A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) localizada no Rio de Janeiro, essa organização era composta por pessoas preocupadas com a surdez, havendo mais de 100 entidades filiadas, como também nos mostra:

Além da matriz, localizada no Rio de Janeiro, a mesma possui 9 escritórios regionais e representa mais de 150 entidades conveniadas. É filiada à Federação Mundial dos Surdos, a World Federation of the Deaf (WFD). Sua participação numa entidade como essa propicia o constante intercâmbio de surdos no mundo todo, cooperando para que

se conheça as lutas de cada povo e fortalecendo toda a rede de surdos em prol do direito universal à cidadania. (RIBEIRO, 2019, 51).

A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) atua atendendo ao público em geral, sem distinção e discriminação e nas diversas faixas etárias, com base nos saberes com valores, missão e visão direcionadas as atividades educativas Após aqueles períodos de dificuldades, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) tem liberada a sua prática, em 1991, sendo que a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é reconhecida em lei, oferecendo proteção aos surdos/as na luta por seus direitos.

Em 2001, foi promulgada a lei que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como língua oficial, nesse momento o/a surdo/a passa a ter o direito de um intérprete, porém, nessa época, não existia profissionais para exercer esse papel. Somente na chegada do ano de 2010 a profissão de Intérprete de Língua de Sinais é regulamentada. Sobre a prática do uso da Língua Brasileira de Sinais, alguns estados brasileiros deram destaques ao iniciar, Monteiro (2006), cita o Rio de Janeiro,

O Rio de Janeiro, provavelmente devido à existência do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e pelo fato de ter sido a capital do país durante muitos anos, conta com uma comunidade surda mais ou menos articulada politicamente, o que lhes tem garantido alguns privilégios em comparação com os surdos de outras cidades. (MONTEIRO, 2006, p. 295-296).

Conforme as pesquisas e estudos, a chegada da Língua de Sinais ao Brasil foi através dos franceses, mas precisamente, Ernest Huet sua chegada ao Brasil foi juntamente com sua esposa no ano de 1855, com a intenção de fundar uma escola para surdos. Huet ficou surdo ainda muito jovem aos 12 anos de idade devido a um sarampo. Logo em seguida, tornou-se Língua Brasileira de Sinais. Um marco importante foi o congresso de Milão, ocorrido em 1880, que reuniu 06 principais educadores que se dedicavam a educação dos surdos.

De acordo com a passagem de Mazzota (2005), o mesmo fala um pouco sobre o pedagogo pioneiro da educação de surdos no Brasil, Ernest Huet,

A criação desta escola ocorreu graças aos esforços de Ernesto Hüet e seu irmão. [...] Com suas credenciais foi apresentado ao Marquês de Abrantes, que o levou ao Imperador D. Pedro II. Acolhendo com simpatia os planos que Hüet tinha para a fundação de uma escola de "surdos-mudos" no Brasil, o Imperador ordenou que lhe fosse facilitada a importante tarefa. Começando a lecionar para dois alunos no então Colégio Vassion, Hüet conseguiu, em outubro de 1856, ocupar todo o prédio da escola, dando origem, ao Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. (MAZZOTA, 2005, p. 29).

Contudo, seu trabalho, seu método educativo foi de uma importância muito valiosa para educação dos surdos no Brasil. Levando em consideração que ele tenha encontrado dificuldades ao lecionar para os surdos onde os quais não o conheciam e não tinham confiança por ser uma pessoa estranha, de outro país. Posteriormente, a fundação do Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), foram realizadas pesquisas na construção e elaboração de um primeiro dicionário de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Sendo editado em 2001, tornando-se um instrumento fundamental na educação dos surdos/as.

No ano seguinte, a Lei n. 10.436 foi promulgada no dia 24 de abril de 2002, que reconhece a legalidade ao uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), garantido a utilização da expressão e comunicação por pessoas surdos, e que ela faça parte dos sistemas educacionais nos cursos de magistério do ensino de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), no entanto, não poderá ser substituída na escrita da Língua Portuguesa.

Conforme nos apresenta Lima (2006) no que diz respeito à língua de sinais:

A língua de sinais é uma linguagem viso-espacial, na qual os gestos são traçados no espaço para serem vistos. Ela tem parâmetros próprios. Assim, algumas características da linguagem oral-como uma dada entonação ou um questionamento- não são compreensíveis para a pessoa surda. (LIMA, 2006, p.68).

Para tanto, foi necessária a construção de uma gramática para dar sentido ao uso dos sinais. A partir de seu reconhecimento legal, essa gramática específica se atribuiu regras para ser utilizada de forma apropriada, como o uso gestual das mãos. Sobre a regulamentação, Santos (2013) afirma que:

Entretanto, apesar de regulamentada, a LIBRAS carece de uma sistematização em seu ensino, uma vez que o Decreto Federal apenas faz vagas referências sobre o uso e difusão da língua para o acesso das pessoas com surdez à educação formal, indicando a necessidade de haver cursos de formação de professores e de intérpretes da língua através de instituições competentes para tal [...]. A distância entre a pessoa surda e o conhecimento acadêmico, e a ausência dela nos espaços escolares, só reforça o mito, por causa da ignorância, de que a LIBRAS não é língua natural, ou é mera linguagem dependente das línguas faladas. (SANTOS, 2013, p. 03).

Assim, discuto que, a partir de seu surgimento, a língua de sinais coloca em evidência a necessidade de profissionais qualificados na área, para atuar com na educação dos surdos, que através dos intérpretes têm condições de fazer a intermediação entre as pessoas surdas e

ouvintes. Complementando-se a essa ideia Araújo, Silva e Sousa (2015, p. 9) nos diz que “*a presença de um intérprete é imprescindível no âmbito educacional para que ocorra de fato uma troca de conhecimentos*”.

Apesar de, atualmente já acontecerem muitos avanços na educação de surdos/as, de fato, percebem-se as escolas buscam profissionais para promover a inclusão desses alunos, no entanto, segundo o que nos traz Lima (2006), os resultados deste processo não são considerados muito bons, pois de acordo com ele:

O acesso das pessoas surdas ao ensino ainda é precário, não apresentando, portanto, bons resultados, pois há muita retenção nas séries iniciais, e faltam serviços de Educação Especial nas escolas comuns. Há ainda posições divergentes sobre a utilização de processos educativos de base oral ou gestual. (LIMA, 2006, p. 60).

Mesmo com estas limitações, há concordância de que o acesso ao uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) não é uso exclusivo por pessoas surdas, mas também, por aqueles que têm alguma incapacidade e distúrbios na fala, sendo através dos sinais seu meio de se comunicar e se expressar. De tal forma que, todos/as podem aprender, para que pessoas ouvintes possam interagir com pessoas surdas, contribuindo para o processo de integração de forma mais coletiva, tornando a sociedade mais inclusiva. Conforme as ideias de Lima (2006, p.63) “*interagir com outros sujeitos e construir a sua linguagem, condição imprescindível para que o indivíduo possa apropriar-se da cultura e se constituir como sujeito*”.

Dessa forma, compreende-se que o relacionamento interpessoal mediado por esta língua, pode possibilitar uma socialização na sociedade, levando que o ser humano surdo, tenha uma melhor integração educacional e nas relações com o mercado de trabalho. Visto que, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é um instrumento importantíssimo para a comunicação e educação dos surdos, proporcionando sua independência. De acordo com os escritos apresentados por Dizeu e Caporali (2005, p. 588) os mesmos nos dizem que “*a língua de sinais representa um papel expressivo na vida do sujeito surdo, conduzindo-o, por intermédio de uma língua estruturada, ao desenvolvimento pleno.*” Reforçando a valorização da inclusão nos espaços escolares e no mercado de trabalho.

#### 2.4 A Educação de Surdos no Contexto Cearense:

Durante o processo histórico dos povos surdos, houve acontecimentos em sua trajetória, que foram de conquistas através de grandes lutas, como o direito da Língua



Brasileira de Sinais, relevante maneira de expressão e comunicação das pessoas surdas. Por outro lado, também em muitas vezes sofreram opressão e invisibilidade sem direito de conviver em sociedade.

No estado do Ceará, tem-se registrado a fundação em 25 de março de 1961, do Instituto Cearense de Educação de Surdos (ICES), unidade de ensino da Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC), atualmente, localizada na Av. Rui Barbosa, - Aldeota, Fortaleza – CE. A escola surgiu pelo fundador e professor Hamilton Cavalcante, com a intenção de atender pessoas com surdez. Hamilton era professor nas duas universidades públicas do Estado do Ceará, a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Federal do Ceará (UFC), na área de linguística, e foi através de suas vivências no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), ainda como estudante, que lhe veio à ideia da criação de um espaço de atendimento no Ceará.

O Instituto Cearense de Educação de Surdos (ICES), é a única instituição pública cearense destinada exclusivamente para a educação dos surdos, no Ices tanto alunos/as como ex-alunos/as participam e colaboram na organização dos eventos importantes, como o dia do surdo, comemorado em 26 de setembro. Em conforme a Lei 11.796 de 29 de outubro de 2008, em que “*celebra as conquistas da Comunidade Surda e sua luta pela inclusão dos surdos na sociedade.*” (BRASIL, 2008, p.01). No decorrer dos anos, discute-se que em termos de ensino, houve diversas mudanças no Instituto Cearense de Educação de Surdos (ICES) como nos traz a Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC):

Até 2011, a linguagem de ensino se manteve dentro do modelo oralista, aos poucos, os alunos foram conquistando a liberdade de se comunicar em sinais, e instrutores surdos foram contratados para o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e intérpretes passaram a fazer parte do quadro funcional da escola. (SEDUC, 2016, p. 01).

Conforme os dados sobre o Instituto Cearense de Educação de Surdos (ICES) contidos no site da Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC) o mesmo nos revela as seguintes demandas:

Em 2016, a escola acolhe 280 alunos, sendo 30 no ensino fundamental I, 83 no fundamental II, 103 no ensino médio e 64 na educação de jovens e adultos (EJA). A grade curricular e a carga horária são as mesmas do ensino regular da rede estadual, tendo como diferencial a disciplina de LIBRAS, que está presente em todas as turmas da escola, com carga horária semanal de 4 h/a, sendo ministrada por professores surdos. (SEDUC, 2016, p. 01)

Com base nas informações encontradas no site Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC), é uma escola com acessibilidade, com dependências com acessibilidade, sala de leitura, biblioteca, sala de atendimento especial, laboratório de informática dentre outros serviços. No final da década de 1980 para o começo de 1990, surgiu então a questão de respeitar a Língua de Sinais dos povos surdos, como sendo a primeira língua e, como a segunda língua o Bilinguismo.

No Brasil na década de 1980 efetivou-se a proposta educacional dando uma relevância em prol da Língua Bilíngue para surdos. Para Skliar (1999), a educação bilíngue para surdos requer muito mais do que uma mudança na proposta pedagógica ou a inserção da língua de sinais sem uma política efetiva de “entrada” das questões culturais surdas no currículo escolar. Ele ainda considera que o sucesso ou fracasso das escolas bilíngues para surdos parte do tipo de serviço a política pública adotada.

As discussões sobre a educação bilíngue no Brasil ganha um espaço maior em 1990 e, nesse período, começaram-se movimentos sociais, liderados e apoiados pelas comunidades surdas brasileiras e por pesquisadores surdos e ouvintes, que se mobilizaram para o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a implantação da educação bilíngue para surdos em nosso país (LODI, 2012, P. 15).

Nesse aspecto não impossibilita a aprender a língua do grupo social majoritário, mas como uma segunda língua de forma escrita. Conforme as ideias de Fernandes e Rios (1998) apresentadas em sua obra no que diz respeito ao Bilinguismo:

Bilingüismo não é um método de educação. Define-se pelo fato de um indivíduo ser usuário de duas línguas. Educação com bilingüismo, não é, portanto, em essência, uma nova proposta educacional em si mesma, mas uma proposta de educação onde o bilingüismo atua como uma possibilidade de integração do indivíduo ao meio sociocultural a que naturalmente pertence, ou seja, às comunidades de surdos e de ouvintes. Educar com bilingüismo é “cuidar” para que, através do acesso a duas línguas, se torne possível garantir que os processos naturais de desenvolvimento do indivíduo, nos quais a língua se mostre instrumento indispensável, sejam preservados. Isto ocorre através da aquisição de um sistema lingüístico o mais cedo e o mais breve possível, considerando a Língua de Sinais como primeira língua, na maioria dos casos, como acontece em nosso projeto. Educação com bilingüismo não é, pois, uma nova forma de educação. É um modo de garantir uma melhor possibilidade de acesso à educação. (FERNANDES; RIOS, 1998, p. 14)

No Ceará, foi na década de 1990 que, instigados pelas ações da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), associações, pastorais, comunidade surda e por professores/as onde se deu início as pesquisas sobre a importância da língua de sinais para o

ensino dos surdos. Assim, o ICES estabeleceu um processo de mudança, substituindo o método oralista para uma abordagem bilíngue. Com o processo os (a) alunos/as conquistaram sua liberdade e seu direito de se comunicarem em sinais.

Com a conquista do reconhecimento e legalização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), após anos de luta e resistência em ter não somente sua língua, mas pelo fato de reconhecer também a cultura de uma comunidade considerada a minoria.

A Educação Bilíngue de surdos envolve a criação de ambientes linguísticos para a aquisição da Libras como primeira língua (L1) por crianças surdas, no tempo de desenvolvimento linguístico esperado e similar ao das crianças ouvintes, e a aquisição do português como segunda língua (L2). [...] O objetivo é garantir a aquisição e a aprendizagem das línguas envolvidas como condição necessária à educação do surdo, construindo sua identidade linguística e cultural em Libras e concluir a educação básica em situação de igualdade com as crianças ouvintes e falantes do português (BRASIL, 2014, p. 6).

Contudo, apesar dos avanços, conquistas das leis, há muito a ser realizado para se configurar uma educação bilíngue de peso igualitária a se trabalhar no mesmo contexto da grade curricular escolar. O ingresso nas universidades públicas como o direito de ter um intérprete, como o direito ao mercado de trabalho, no mais ter seus direitos validados para superar situações de discriminação e exclusão.

Aqui no Ceará, no ano de 2012, a Universidade Federal do Ceará (UFC), *“propôs a criação do curso de Licenciatura em Letras LIBRAS na modalidade presencial e, em agosto de 2013, iniciaram-se as aulas da primeira turma”*, de acordo a pesquisa de Marques, Araújo, Loureiro e Munguba (2020, p.04), sendo vinculado ao Departamento de Letras LIBRAS e Estudos Surdos (DELLES), que foi criado no mesmo ano. De início o curso de Licenciatura em Letras: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) foi ofertado em 2006, na forma de modalidade à distância pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em parceria com nove Universidades e Institutos Federais dos seguintes estados brasileiros:

[...] Amazonas, Ceará, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, contemplando todas as regiões do país. A Universidade Federal do Ceará (UFC) foi o polo cearense dessa experiência do Centro de Comunicação e Expressão da UFSC que se tornou referência nacional no que se refere aos estudos da Libras (Universidade Federal do Ceará, 2012b). Dois anos depois, em 2008, o curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras passou a ser ofertado no Ceará, ainda na modalidade à distância. Em 2010, 42 alunos receberam o título de licenciados e em 2012 foram 22, totalizando 64 profissionais. No ano de 2012, 24 alunos receberam o título de bacharel. No total, 98 estudantes foram formados pelo polo dos cursos na UFC (Universidade Federal do

Ceará, 2012<sup>a</sup>). Para atender às exigências da legislação (Brasil, 2002; 2005), a UFC propôs, em 2012, a criação do curso de Licenciatura em Letras Libras na modalidade presencial a ser ofertado na área I do Centro de Humanidades da UFC (Universidade Federal do Ceará, 2012b ) e vinculado ao Departamento de Letras Libras e Estudos Surdos (DELLES), criado no mesmo ano [...] (MARQUES; ARAÚJO; LOUREIRO; MUNGUBA, 2020, P.07).

Esses avanços na modalidade educacional para o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no nosso estado do Ceará, vejo como um marco muito importante, um passo grandioso para toda pessoa surda e a comunidade surda em geral. Abrindo portas e possibilidades tanto para o acesso de pessoas surdas como para quem tenha interesse na profissão de ser Intérprete de Língua de Sinais.

## 2.5 O papel do Intérprete de Língua de Sinais apontadas pela política especial:

Como salientei anteriormente, com o advento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no Brasil, se tornou necessário profissionais para atuar com esta linguagem. Historicamente, o papel do intérprete, deu-se inicialmente com atividades voluntárias, desenvolvida por parentes, amigos e pela comunidade religiosa. Através destas iniciativas, o trabalho com a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) foi ganhando destaque e sendo valorizado, pois, conforme os surdos/as conquistavam sua cidadania, este profissional reforça o seu papel de intérprete como profissão.

Como um alicerce da profissão isso foi um mecanismo para a entrada dos surdos nas discussões sociais e o reconhecimento da língua de sinais pelos países enquanto língua de fato, garantindo o direito do acesso a ela. Aos poucos, a profissão de intérprete/tradutor foi chegando a diversos países e, com isso, se foi possibilitando a garantia ao direito de acesso ao uso da Língua de Sinais, pelos surdos. Assim, abrindo portas, fortalecendo cada vez mais esses direitos, e impulsionando os países a ampliar espaços para a formação desses profissionais. De acordo com Quadros (2002, p. 13), na Suécia, há presença de intérprete em trabalhos religiosos, desde 1875, sendo que em 1938 o parlamento criou cinco cargos de conselheiros para mudos.

No ano de 1947 na Suécia, já existiam mais de 20 intérpretes exercendo essa função. Foi somente em 1968, em que os surdos tiveram acesso ao profissional intérprete, fato decidido em parlamento, no exato ano também foi criado o primeiro curso de treinamento. Nos Estados Unidos, tem-se registrado que foi em 1815, com a chegada de Laurent Clerc (surdo francês), quem motivou a educação de surdos/as pelo país.

E algumas pessoas como: vizinhos, amigos, filhos e religiosos deram início de forma voluntária a intermediar voluntariamente a comunicação para surdos de uma forma bem comunicação muito restrita. Em 1964 nos Estados Unidos, fundou-se uma organização nacional de intérpretes para surdos/as do país (atual RID), determinando alguns requisitos para a atuação desse profissional. Com esse registro oferta o direito a formação, treinamento e avaliação lhe assegurando com o código de comportamento ético, como também a fundação da Organização Nacional de Intérpretes (atual RID).

Somente em 1972, foi que o RID passou a selecionar intérpretes oferecendo um registro após avaliação. Segundo Quadros (2002, p.14) o RID apresenta, até os dias de hoje, as seguintes funções: selecionar os intérpretes, certificar os intérpretes qualificados; manter um registro; promover o código de ética; e oferecer informações sobre formação e aperfeiçoamento de intérpretes. Em meados dos anos de 1980 foi que se deu início no Brasil o trabalho de intérprete em atividades religiosas, mesmo se considerando a criação por D. Pedro II do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos no ano de 1857.

Nessa época, os intérpretes não tinham o status profissional que hoje possuem, mas muitos daqueles intérpretes que atuavam nesses espaços se tornaram, ao longo dos anos, líderes da categoria e, atualmente, participam do cenário nacional enquanto articuladores do movimento em busca da profissionalização desse grupo, como membros e presidentes das associações de intérpretes de Língua de Sinais no país. (QUADROS, 2002, p.153).

Como forma de melhor estruturar a profissão, Quadros (2002, p. 14) registra em 1988, a realização do I Encontro Nacional de Intérprete de Língua de Sinais, organizado pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) que propiciou, pela primeira vez, o intercâmbio entre alguns intérpretes do Brasil e a avaliação sobre a ética do profissional intérprete. Em 1992, o II Encontro, promovendo um intercâmbio entre as diferentes experiências dos intérpretes.

Mediante as informações encontradas, em 1990 foram estabelecidas unidades de intérpretes ligadas a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), e só no ano de 2002, que a Lei Federal reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como Língua oficial das comunidades surdas brasileiras, ocorrendo sua homologação. Em 2005, tem-se o decreto 5.626, onde se declara que o tradutor/intérprete deverá ter formação por meio de curso superior em tradução e interpretação, com habilidades em Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, autorizando assim a atuação em todos os níveis da educação. Desta forma, destaca-se que a partir da regulamentação se reconhece a importância

do Intérprete de Língua de Sinais, tornando-se uma profissão marcante historicamente, destacando-se a necessidade de que a educação possa trazer evolução para o trabalho da integração dos surdos.

Assim, de acordo com a legislação é necessário que Intérprete de Língua de Sinais, a partir da formação acadêmica, possa atuar como um mediador dentro do contexto educacional, como possibilidade de contribuir no processo de integração de alunos/as surdos com os demais ouvintes. Atualmente, se percebe uma procura maior por esses profissionais, levando em consideração, às demandas educacionais e as exigências no mercado de trabalho, além de outras áreas de atuação.

Desta forma, para consolidar seu papel se fazem necessárias algumas competências, que são fundamentais para a atuação do Intérprete de Língua de Sinais, Quadros (2004) em sua obra, aponta algumas delas:

(1) competência lingüística - habilidade em manipular com as línguas envolvidas no processo de interpretação (habilidades em entender o objetivo da linguagem usada em todas as suas nuances e habilidade em expressar corretamente, fluentemente e claramente a mesma informação na língua alvo), os intérpretes precisam ter um excelente conhecimento de ambas as línguas envolvidas na interpretação (ter habilidade para distinguir as idéias principais das idéias secundárias e determinar os elos que determinam a coesão do discurso). (2) competência para transferência [...] (QUADROS, 2004, p. 73).

Uma missão de muita responsabilidade e ética profissional, pois o intérprete/tradutor requer habilidades didáticas educativas, para se trabalhar com o sujeito surdo/a, de modo que, os inclua em práticas que envolvem a comunicação e relação entre as pessoas ouvintes. Segundo os apontamentos de Pedroso (2001), o mesmo concorda que:

Os métodos de ensino só poderão ser adequados às necessidades especiais dos alunos surdos se forem capazes de incorporar o modo de viver dos surdos, portanto deverão ser organizados com a participação do surdo adulto ou professor surdo, na educação, e com a presença de profissionais capacitados em Libras. (PEDROSO, 2001, p. 22)

Como podemos observar, o Intérprete de Língua de Sinais, dentro de um ambiente escolar, requer usar de suas habilidades e métodos pedagógicos diante as necessidades do (a) aluno/a. Levando em conta que este aluno/a precisa se sentir incluído/a e o assegurar de uma boa socialização. Faz-se necessária uma relação harmoniosa entre o aluno surdo e seu intérprete, pois, as boas relações contribui de maneira a fortalecer o aprendizado, conhecimento e integração com os demais no espaço escolar.

### **CAPÍTULO 3: A EXPERIÊNCIA DE UM INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS E SUA ATUAÇÃO EM SALA DE AULA**

Nesse capítulo é abordado a experiência de um profissional Intérprete de Língua de Sinais, que atuou em uma Escola de Ensino Médio no município de Baturité-CE, com uma aluna surda. Um pouco da convivência da sua trajetória profissional e sua atuação educacional em sala será exposto aqui. A prática da atuação do Intérprete de Língua de Sinais na Escola, a rotina, desafios como também a integração e socialização com alunos ouvintes e demais que compõem o núcleo gestor de uma Escola.

#### **3.1 Atuação e relevância do Intérprete de Língua de Sinais em sala de aula:**

A pesquisa realizada em foco deste trabalho, foi realizada tendo como formato uma entrevista semiestruturada, que buscou abranger os elementos mais significativos da trajetória do Intérprete de Língua de Sinais (ANEXO I). Considera-se que a entrevista seja uma ferramenta que busca colher informações mais precisa e detalhada sobre o assunto abordado, deixando assim, o trabalho com mais clareza no que está sendo transmitido. Dessa maneira, ocorre um formato de diálogo livre, flexível e não necessariamente sendo rígido ao roteiro.

Foi uma entrevista articulada e elaborada, de modo que as perguntas formuladas, possam trazer respostas significativas, que de fato contribuam com os debates teóricos escritos até aqui, de maneira que a coleta de dados esclareça indagações através da experiência da prática em sala de aula do entrevistado.

A entrevista foi executada de forma on-line, via diálogo com a ferramenta do Whatsapp, de acordo com nossos horários que permitiam interagir. Enviei o roteiro com as perguntas e íamos dialogando, assim, se deu toda a entrevista. A partir disso, fui compilando as falas conforme o entrevistado discursava, foi um diálogo tranquilo, na medida em que surgia dúvidas da minha parte, o entrevistado esclarecia, conforme seu horário fosse possível.

O entrevistado assinou o termo de consentimento livre, onde consta o anonimato. Desta forma, optei por trazer as iniciais do seu nome, de forma a manter este sigilo. De modo que, o entrevistado representado pelas siglas (S.A.M) foi muito solícito ao me conceder a entrevista, compartilhando sua experiência em atuar em uma escola de ensino médio, na cidade de Baturité-CE como Intérprete de Língua de Sinais de uma aluna surda. Ele, é um jovem de 25 anos, que mora em Fortaleza - CE. Há 07 anos atua como Intérprete de Língua de Sinais. No que se refere a sua formação, (S.A.M) possui graduação em Humanidades e

Antropologia pela Universidade (UNILAB), possui pós-graduação em docência de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) pela mesma, e está concluindo uma pós-graduação em tradução. Também é tradutor em diversos eventos como: palestras, shows entre outros.

Pensando na melhor forma de colher informações e trazer questões relevantes sobre essa trajetória profissional em sala de aula, a partir da experiência do entrevistado (S.A.M), a entrevista foi estruturada para cobrir quatro categorias: trajetória pessoal, formação docente, trabalho profissional, ação com a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Dessa forma, compreendo que os diálogos fiquem de forma mais organizada e clara. O roteiro de entrevista que foi realizado contém um total de quinze perguntas distribuídas ao longo das categorias elencadas também dentro dos anexos.

### 3.2 Trajetória e Experiências do Intérprete de Língua de Sinais na sala de aula:

A entrevista se iniciou com a abordagem da categoria trajetória pessoal, sendo que a primeira pergunta que formulei para o entrevistado, se refere a sua fala sobre sua atuação pessoal, educacional e profissional, e o que o levou a escolha de trabalhar com a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Obtive como resposta:

Sou Graduado em Humanidades estou me graduando em Antropologia tenho uma pós-graduação em docência em LIBRAS e estou concluindo uma pós graduação em Tradução. Comecei a trabalhar com Língua de Sinais em 2015, me formei, trabalhei em uma escola. O meu primeiro trabalho foi em um projeto de pesquisa da Universidade Estadual do Ceará, polo Fortaleza - CE, e o meu segundo trabalho foi em uma Faculdade. E eu escolhi trabalhar com LIBRAS porque aconteceu, foi uma coisa muito natural, assim, tinha uma escola próxima da minha casa que era uma Escola profissionalizante e aí todo mundo falava que era uma boa escola e tal, aí a minha mãe me matriculou nessa escola aí comecei a estudar LIBRAS (S.A.M, Informação verbal, 2023).

De modo geral, muitas profissões aliam uma paixão com um despertar antigo, no caso de nosso entrevistado, esta escolha aconteceu pelo interesse que foi sendo despertado ao longo do tempo, surgindo um grande profissional. No entanto, percebe se que se deve dedicar tempo e uma formação sólida para atuar como Intérprete de Língua de Sinais.

Assim, conforme o roteiro, a segunda pergunta que formulei se refere à categoria de formação docente, identificando melhor como se deu sua preparação para ser Intérprete de Língua de Sinais. A resposta do entrevistado:



A minha preparação, eu fiz um curso técnico na Escola Profissionalizante, aí a formação pela experiência né, aí depois desse curso técnico eu fiz o Prolibras é um Instituto de programa de formação também nacional para te dar habilitação para traduzir, para ensinar e aí depois eu fiz uma pós graduação, estou terminando outra pós-graduação em tradução e tudo mais no sentido da língua de sinais essas informações somente (S.A.M, informação verbal, 2023).

É uma profissão que requer habilidades e um mínimo de domínio da língua, as formações na área com cursos específicos lhe direciona a ser um Intérprete de Língua de Sinais eficaz. Ter todo conhecimento e formação é fundamental para desenvolver bem o papel e ser um profissional sempre atuante e seguro na hora de exercer. Importante assinalar que a legislação brasileira, conforme apontado ao longo deste trabalho, exige qualificação para o exercício de intérprete, como se observa no decreto 5.626 de 2005. Ali se encontra a exigência de uma formação superior em tradução e interpretação, com habilidades em Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa.

Ainda, sobre a segunda categoria, faço uma terceira pergunta, para identificar que cursos são necessários para este processo de atuar na área de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). A resposta foi que é: *“Importante você já saber a língua, aí depois um curso que te habilite a traduzir.”* (S.A.M, informação verbal, 2023). A pessoa que tem interesse em apenas aprender ou ser um profissional da área, hoje, a muitos cursos oferecidos em plataformas pela internet de forma on-line, como cursos para iniciantes ou intermediários.

Assim, ajuda a dar início a aprendizagem do ensino de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). No entanto, como discutido há de se considerar que estamos falando de uma forma de linguagem, portanto um meio oficial de comunicação e expressão visual-motora pela comunidade de pessoas surdas e com déficit de audição no Brasil, sendo necessário ampliar profissionais nesta área de atuação.

Dando continuidade, vamos falar da categoria do trabalho profissional, onde na pergunta seguinte, solicito avaliar como é a presença do Intérprete de Língua de Sinais dentro da escola. Obtive como resposta:

Eu acho assim, que é importante o Intérprete estar dentro de sala de aula porquê de alguma maneira vai ser uma ferramenta né, para gerenciar uma inclusão entre o aluno surdo e o professor na sala de aula. O conteúdo em especial, assim, a depender da escola que você esteja, pelo menos na minha experiência a relação professor foi uma relação, assim, não é a relação que é prevista né, porque você precisa trabalhar junto ao professor adaptação de conteúdos então, assim, uma relação amena, pacífica, né? (S.A.M, informação verbal, 2023).

Nesse caso, o profissional Intérprete de Língua de Sinais que atua em sala de aula ele é o facilitador, ou seja, quem conecta o aluno ao professor, aos conteúdos e aos demais ouvintes da sala. Ele faz a ponte para acontecer a integração fazendo acontecer na prática a inclusão da aluna surda. Complementar a questão anterior, com base no roteiro, a pergunta seguinte busca entender como se dá esta relação com professores/as e estudantes. Segue a resposta:

A relação com os alunos a melhor possível, assim, alguma ótima relação com todos os alunos, assim, pelo menos nas minhas experiências, enquanto intérprete né, uma experiência positiva, né? Assim, de partilha, de preocupação de diálogo, a fim de melhorar o meu trabalho, de recebimento de sugestões, feedback, então uma relação importante e positiva. (S.A.M, informação verbal, 2023).

A boa receptividade por parte dos alunos ouvintes e professores torna a convivência leve com o Intérprete, facilitando seu trabalho dentro do ambiente escolar. Pois, conseqüentemente os demais terão possibilidades de se comunicar com a aluna surda e seus professores/as de articular melhor a forma de passar os conteúdos. Seguimos a entrevista, e faço uma pergunta, para compreender a percepção do entrevistado, sobre o entendimento dos professores/as acerca do trabalho de Intérprete de Língua de Sinais. Integrado, isolado ou outras formas. Como resposta foi:

Tem professor que entende, tem professor que não entende. Assim, tem professor que eu já tive, inclusive, problemas de algumas escolas, de um professor não entender meu trabalho, assim, como eu estou falando aqui, ele está sinalizando uma coisa diferente, estou falando ele está sinalizando em um tempo diferente, muito pela falta de conhecimento mesmo, assim, do meu trabalho. (S.A.M, informação verbal, 2023)

Observando a fala, pode-se deduzir que a falta de conhecimento sobre o ensino de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e o papel de um Intérprete ainda existe por parte de alguns profissionais da área educacional. Isso é preocupante, pois, dificulta a inclusão, como também a socialização de pessoas que necessitam da língua de sinais. Deste modo, pode-se indagar sobre o papel da gestão escolar para possibilitar uma maior inter-relação entre o intérprete e o professor. Seguindo essa preocupação com o trabalho dentro da escola, a pergunta seguinte, que fiz ao entrevistado, foi como seu trabalho de intérprete acontece na escola, em momentos específicos ou no cotidiano da escola. Segue a resposta:

A depender desse, as minhas experiências em escolas elas foram assim todas, né, com exceção da primeira experiência que foi uma

complexa do que deveria ter sido, poderia ter sido. Mas, as demais foram todas muito pacíficas, com exceção, de questões que atravessam a não compreensão do meu trabalho, mas coisas assim, nada muito absurdo, tudo dentro do possível mesmo. Assim, estou falando aqui e você não está sinalizando, então, é porque a gente não necessariamente precisa sinalizar na mesma ordem, a mesma coisa entendeu, mas muito pacífico assim. (S.A.M, informação verbal, 2023).

Aqui, entende-se que o trabalho do intérprete, parece, se ater a momentos específicos dentro da escola, já que o entrevistado se refere aos momentos de sinalização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Por outro lado, reforça a preocupação de que os educadores tenham um melhor conhecimento sobre seu papel. De fato, compreende-se que, quando a um entendimento no papel do profissional Intérprete de Língua de Sinais na Escola acontece uma dinâmica de abordagem de forma educativa, inclusiva e de integração.

A próxima pergunta buscou compreender durante o tempo que passou na escola de ensino médio, se houve participação no planejamento e formação juntamente com os demais professores. Obtive como resposta que: “*Participei de formações com os demais professores, mas como ouvinte não como um colaborador.*” (S.A.M., informação verbal, 2023).

A participação no planejamento mensal escolar, creio ser considerável pois, este profissional atua diariamente com a aluna. Sendo valioso a interação diante os conteúdos que serão propostos. Visto que, esse momento será válido para que o intérprete apresente sua metodologia, seu papel ali dentro de sala, reforçando a importância da sua função. Contudo, deixando claro que o papel do intérprete é de fato “*realizar a interpretação da língua falada para a língua sinalizada e vice-versa observando os seguintes preceitos éticos*” (QUADROS, 2004, p.28), de forma mais detalhada, o mesmo também traz os seguintes apontamentos:

a) confiabilidade (sigilo profissional); b) imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias); c) discrição (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação); d) distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados); e) fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito). (QUADRO, 2004, p. 28).

É um profissional com total competência, responsabilidade e qualificado para atender as demandas que são solicitadas dentro de suas funções de intérprete/tradutor. Respeitando e traduzindo os diálogos de maneira cordial e muito profissional. Em continuidade sobre seus trabalhos, a pergunta seguinte, se direcionou a reforçar sobre a questão do papel exercido pelo

Intérprete de Língua de Sinais na escola, conforme o entrevistado já havia mencionado em respostas anteriores. A resposta concedida foi:

Sim, fui recebido muito positivamente, alguns não entenderam, mas alguns já entendiam e lhe davam bem com a figura do Intérprete, mas alguns não entendiam muito bem. (S.A.M., informação verbal, 2023).

Aqui o entrevistado reforça a necessidade de uma melhor discussão com o corpo docente sobre seu papel. Discuto que, acolher bem o profissional de língua de sinais nas escolas, significa saber a importância de sua atuação, para que de fato, de forma conjunta possa se atingir a valorização da inclusão. Pois, todos que atuam na escola, em parceria com o intérprete, terão como se socializar quando houver aluno (a) surdo (a), de maneira que haja integração de todos. Visto que, ainda há poucos profissionais atuante na escola de ensino regular com a prática da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Finalizando o percurso trago a terceira categoria, que se refere a como o entrevistado vê a educação inclusiva no nosso estado, indicando se as escolas no nosso município e no nosso Estado, estão estruturadas e adaptadas com acessibilidades e profissionais preparados a atender as demandas. Como resposta referente à inclusão tem-se que:

Em Baturité em especial se tem problemas com a inclusão, assim né, mas, em Fortaleza também, assim, há um contexto diferente do interior para a cidade né. E em Baturité, em alguns aspectos atravessa essas relações né. Então, você tem uma diferença né, entre a cidade do interior para a capital, já tem um quadro assim minimamente estável, e as do interior às vezes não dispõem das mesmas ferramentas, da mesma condição que a cidade tem, e às vezes as secretarias municipais elas só não se preocupam mesmo com a inclusão, que é uma agenda cara a inclusão. Então algumas secretarias só não se preocupam mesmo. (S.A.M, informação verbal, 2023).

Questionado a respeito da estrutura das escolas, o Intérprete de Língua de Sinais realiza as seguintes considerações sobre:

Então assim, você tem uma necessidade, uma demanda, mas você não tem estrutura suficiente para proporcionar uma contemplação essa demanda, e aí devido a isso eu não tenho uma estrutura que promova profissionais assim com formação, se você não tem uma estrutura para contemplar essa demanda para que você vai precisar de profissionais com formação então como que você vai propor essa formação nesse lugar, então você não tem, aí você configura toda uma lógica aí de desarticulação do cumprimento de uma série de leis e não só de uma série de leis mas na possibilidade de incluir indivíduo aí no quadro né, educacional.(S.A.M., informação verbal, 2023).

Discuto diante dos argumentos apresentados, que quando se nega a atender algumas demandas regulamentadas por lei, se fere toda uma comunidade de que dela necessita. Com isso, pode-se argumentar que por mais que existam leis aprovadas e profissionais qualificados na área da educação inclusiva, observa-se uma resistência por parte da gestão municipal, em especial, com justificativas por faltas de verbas para ter um investimento maior na educação especial e inclusiva em determinadas regiões e localidades do nosso país.

A última categoria a ser indagada, diz respeito à ação com a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a pergunta feita foi sobre os desafios enfrentados, durante a experiência como Intérprete de Língua de Sinais, na aprendizagem de uma estudante surda, em uma escola pública de ensino médio no município de Baturité-CE. A resposta que obtive foi:

Em Baturité eram pessoas surdas que sabiam língua de sinais, então facilitava muito o processo, em Guaramiranga foi um pouco mais complicado que no caso a aluna já não sabia, mas em Baturité foi muito tranquilo. (S.A.M., informação verbal, 2023).

Como indicado pelo entrevistado, percebe-se que o diferencial de se ter o conhecimento sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), facilita a prática da comunicação na língua de sinais por pessoas surdas. Desta forma, é bastante satisfatória para o profissional Intérprete de Língua de Sinais quando isto acontece, pois, facilita a comunicação e o papel do Intérprete de Língua de Sinais possa ser realizado de forma que o (a) aluno (a) compreenda. Nota-se a importância do ensino da língua de sinais nas escolas, quando um aluno surdo não tem o acesso e conhecimento em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) isso dificulta sua socialização.

A pergunta seguinte, girava em torno ainda da atuação do profissional, indaga qual o papel em sala de aula do profissional Intérprete de Língua de Sinais com alunos/as surdas. A resposta concedida:

O papel é muito objetivo, de fazer a tradução né, numa ordem prática, numa ordem teórica né, em uma ordem do plano ideal. A gente atua num aspecto na atuação do intérprete educacional, ela é muito diferente das da atuação dos demais intérpretes. Eu falo isso por trabalhar com política por exemplo, por trabalhar com evento, por trabalhar com docência, e por trabalhar em sala de aula, um intérprete educacional. O intérprete educacional é de alguma maneira incumbido também do papel da relação ensino-aprendizagem, então assim é complicado falar, levantar essa discussão complicada, assim, mas isso é um plano no aspecto teórico né, porque no plano prático a gente faz o que a gente tem que fazer chega, interpreta e vai embora. (S.A.M., informação verbal, 2023).

Aqui se pode perceber que a principal função é de realizar a interpretação da Língua de Sinais, mas, argumento que há uma ausência de um debate mais articulado com os educadores/as. Assim, a função do intérprete em sala é entendida de forma profissional e prática, ou seja, ele faz a tradução dos conteúdos que o professor passa, da forma de língua de sinais conforme a aula ocorre. O professor dá seu conteúdo, explica e ensina o aluno o intérprete faz sua tradução, que no caso da Língua de Sinais não necessariamente segue o mesmo modo/tempo de expressão.

Dando continuidade, fiz a próxima pergunta, dentro do contexto escolar, buscando entender se a aluna, que o intérprete trabalhou, se comunicava em Língua de Sinais com os colegas, professores e demais funcionários da instituição, e se há outras pessoas que saiba a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) dentro dessa Escola de Ensino Médio. A resposta obtida com o participante foi que: *“Não utilizava a língua de sinais para se comunicar.”* (S.A.M., informação verbal, 2023).

Sobre isso, de modo geral, no ambiente escolar quando não há pessoas ouvintes que não têm acesso a língua de sinais para que possa se comunicar com uma pessoa surda, discute-se que ali pode haver pouca integração impedindo a socialização e inclusão do indivíduo surdo, já que, presente nesse ambiente é somente o seu Intérprete. Ademais, a o próximo questionamento foi para que o entrevistado pudesse avaliar a interação/socialização da aluna dentro do espaço escolar, era bem acolhida por todos, inserida, e incluída nas atividades e eventos no geral. De fato, você percebeu que houve inclusão. Segue a resposta:

Muito bem acolhida por todos, inseridas sim, mas as pessoas não sabiam língua de sinais na escola, embora ela fosse bem acolhida. (S.A.M, informação verbal, 2023).

Discutindo o posicionamento do entrevistado, penso que somente a ação de uma boa acolhida, não justifica que a aluna surda foi bem incluída nesse ambiente educativo, pois, conforme apregoa a política especial e inclusiva, os sujeitos têm o direito a inclusão e acessibilidade nos espaços coletivos, e uma convivência de igualdade na sociedade, o que, me parece, que ela conseguiu se socializar e se sentir inserida no meio.

Concluindo a entrevista fiz a como última pergunta ao entrevistado, que metodologia ele utilizava com a aluna surda para que ela pudesse se sentir incluída e compreender os conteúdos. A resposta obtida foi:

Não tinha metodologia, a proximidade se dava em especial pelo fato de eu ser a única pessoa a saber Libras né, como era única pessoa saber Libras, então a gente estava sempre junto porque era em quem eles conseguiam encontrar um diálogo mínimo, mas esse motivo especial. (S.A.M, informação verbal, 2023).

Sobre este debate, percebe-se que a centralidade do trabalho do intérprete se dava no sentido de acolhimento e contribuir em diferentes espaços com a socialização da estudante surda, pelo limite de ela não ter o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Com base em toda a entrevista, a partir das informações obtidas, firmo a importância do ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nos ambientes escolares, como é valioso esse conhecimento e o acesso à língua de sinais para alunos (a) surdos que não possuem acesso como também para alunos (as) ouvintes. Como de fato, a importância do Intérprete de Língua de Sinais para ser o mediador nesse ambiente.

Com todo avanço das leis no nosso país sobre inclusão, ainda se percebe não haver espaços não preenchidos, ficando a desejar uma dinâmica mais acessível ao ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Como vimos na fala do entrevistado (S.A.M), somente ele e a aluna se comunicava com o intérprete, sendo ambos os únicos a saber a língua de sinais, fazendo com que a aluna não tivesse uma socialização com demais colegas e equipe escolar a impedindo do seu direito de inclusão. Em vista que, o Intérprete de Língua de Sinais, é um profissional que atua com as Línguas de Sinais na área da educação, observa-se que é uma área com uma demanda de interpretação mais requisitada atualmente.

Na leitura da Tese de Doutorado de Santos (2014) intitulado “O fazer do Intérprete Educacional: práticas, estratégias e criações” pode-se considerar a partir da passagem trazida pela mesma que,

A atual política nacional de educação prioriza a inserção e inclusão de todas as crianças em idade escolar em escolas regulares. Todavia, tal proposta não abarca a totalidade de atendimentos, garantindo igualdade de acesso ao conhecimento, de fato. Muito ainda há que ser feito. Compreende-se, a partir dos documentos citados anteriormente, que a Educação Especial passa a ser parte integrante do sistema educacional geral, porém, a inclusão do público alvo da Educação Especial deve ir muito além do ato de recebê-lo em sala de aula; “não se pode reduzir a política inclusiva à simples presença do aluno em sala regular, eliminando assim a necessidade dos serviços de educação especial.” (SANTOS; CAMPOS, 2013, p. 15). É preciso dar garantias de permanência, igualdade de acesso aos conhecimentos e conclusão dos estudos, por meio de recursos especializados e de pessoal capacitado, para tal atendimento. Com relação aos alunos surdos, parte significativa do público com deficiência, seu histórico de escolarização mostrou-se bastante penoso; não pretendemos retomar todo o percurso desses sujeitos [...] (SANTOS, 2014, p. 16-17).

É nesse contexto, que a educação precisa buscar recursos, para garantir e assegurar que a política da educação inclusiva seja efetivada, dando acesso a todos/as que dela necessite. Com ferramentas, formações para que profissionais sejam preparados a atuar de forma segura e qualificada, levando uma educação de qualidade com integração e inclusiva.

A educação sendo um direito de todos/as significa que não deveria haver exclusão. A escola, pelo fato de ser um ambiente que acolhe e educa, sendo assim, é um espaço abrangente de informações e conhecimentos que é oferecido na sociedade. Como se argumenta no livro intitulado “O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa” de Quadros (2004) consta que:

De modo geral, aos intérpretes de língua de sinais da área da educação é recomendado redirecionar os questionamentos dos alunos ao professor, pois desta forma o intérprete caracteriza o seu papel na intermediação, mesmo quando este papel é alargado. Neste sentido, o professor também precisa passar pelo processo de aprendizagem de ter no grupo um contexto diferenciado com a presença de alunos surdos e de intérpretes de língua de sinais. A adequação da estrutura física da sala de aula, a disposição das pessoas em sala de aula, a adequação da forma de exposição por parte do professor são exemplos de aspectos a serem reconsiderados em sala de aula. Cabe apresentar uma outra questão, há vários professores que também são intérpretes de língua de sinais. O próprio MEC está procurando formar professores enquanto intérpretes. Isso acontece, pois alguns professores acabam assumindo a função de intérprete por terem um bom domínio da língua de sinais. Nesse caso, esse profissional tem duas profissões: a de professor e a de intérprete de língua de sinais. A proposta do MEC em formar intérpretes selecionando professores da rede regular de ensino objetiva abrir este campo de atuação dentro das escolas. Assim, o "professor-intérprete" deve ser o profissional cuja carreira é a do magistério e cuja atuação na rede de ensino pode efetivar-se com dupla função: 1) Em um turno, exercer a função de docente, regente de uma turma seja em classe comum, em classe especial, em sala de recursos, ou em escola especial (nesse caso, não atua como intérprete). 2) Em outro turno, exercer a função de intérprete em contexto de sala de aula, onde há outro professor regente. (QUADROS, 2004, p.63).

Desta forma, o espaço escolar precisa dispor de uma estrutura adequada, de modo a facilitar a acessibilidade e atender as diversas demandas que encontramos hoje em nossa sociedade. Da mesma forma, deveria haver a parceria com gestão do município, educadores e profissionais que compõem uma rede escolar, essa junção se abastece de mecanismos, ferramentas a promover uma estrutura de modo geral para atender a diversidade de demandas encontradas num ambiente escolar.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto deste trabalho, em consideração as discussões levantadas sobre a inclusão e acessibilidade às pessoas com surdez, penso que são causas que precisam ser levantadas constantemente em nossa sociedade. No caso das pessoas surdas, evidencio que a utilização da Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que garante uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), ou seja, o Ensino de Libras, ainda não se encontra nas escolas regulares do nosso país, se de fato se concretizasse, os ouvintes, professores/as teriam uma melhor comunicação com alunos surdos.

Sobre o profissional, destaquei ao longo do estudo, que no Brasil a Lei federal 12.319 de 1 de setembro de 2010, que regulamenta a atuação da profissão do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais Português (TILSP), estabelece que este profissional deve atuar mediante a uma formação qualificada na área, em confiabilidade a um código de ética profissional em ser o mediador entre uma pessoa surda e uma pessoa ouvinte.

Considero, que as políticas públicas do nosso país não fazem valer a obrigatoriedade do Ensino de Libras em nossas escolas, lembrando que a legislação sinaliza a partir da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência dentro do Estatuto da Pessoa com Deficiência, sendo necessário vontade política para avançar na sua efetiva implementação. Neste estudo, em que foi trabalhado a problemática do Intérprete de Língua de Sinais na educação e quais seus desafios na aprendizagem de estudantes surdos/as, trouxe o depoimento de um profissional que tem atuado na educação pública.

Na entrevista com o profissional da área (S.A.M), evidenciei que sua experiência de ter trabalhado em sala de aula, atuando como intérprete em escola de ensino médio no município de Baturité-CE, parece ter momentos de integração. No entanto, conforme os diversos desafios que ele possa encontrar no espaço escolar, o que mais me fez refletir foi à questão que na escola, que pretende atender a política de inclusão, integração e socialização, o fato de que somente ele e aluna surda sabiam a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Mesmo que, ele conduzisse toda comunicação entre todos ali, mesmo assim, acredito que a aluna surda não sentia a mesma liberdade de expressão caso ela pudesse comunicar diretamente com os colegas e professores/as ouvintes.

Como discutido anteriormente, é preciso se dar ênfase ao papel do intérprete/tradutor de Libras, Damázio (2007), assim escreve:

É absolutamente necessário entender que o tradutor e intérprete é apenas um mediador da comunicação e não um facilitador da aprendizagem e que esses papéis são absolutamente diferentes e precisam ser devidamente distinguidos e respeitados nas escolas de nível básico e superior. (DAMÁZIO, 2007, p. 16).

Neste olhar de entender e conhecer como que funciona a atuação desse profissional em sala, requer clareza em diferenciar os papéis do professor/a para o intérprete dentro da escola, assim valorizando seu papel. Por fim, como foi abordado parte do contexto histórico das lutas e conquistas de todas as pessoas surdas, compreendo que o acesso para ter um ensino bilíngue, tudo isso é grandioso, porém, vejo como uma luta ainda diária, há muitas barreiras a se vencer.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ronaldo. **Estudo de caso: foco temático e diversidade metodológica.** SESC/CEBRAP. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: bloco qualitativo, SESC: São Paulo, 2016.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação Inclusiva: A Escola.** Brasília, 2004.

ARAUJO, D. M. S.; SILVA. M. C.; SOUSA. W. P. A. **A influência da LIBRAS no processo educacional de estudantes surdos em escola regular.** 2015.

ARAÚJO. Juliana Pantoja de Aquino; OLIVEIRA. Lindilene Maria de. AQUINO. Thiago Cézar de Araújo; SANTOS. Roberto Carlos Silva dos. **O papel e a atuação do tradutor intérprete de libras na universidade federal de Pernambuco: avanços e desafios.** Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 5., 2018, Recife.* Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO\\_E\\_V117\\_MD1\\_SA10\\_ID6375\\_15092018100148.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_E_V117_MD1_SA10_ID6375_15092018100148.pdf). Acesso em: 06. abr. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Imp. Oficial, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 20 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CEB n. 2 de 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 20 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm#art1). Acesso em: 20 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.796 de 29 de outubro de 2008.** Institui o Dia Nacional dos Surdos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111796.htm). Acesso em: 20 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm). Acesso em: 20 jul.

2022.

\_\_\_\_\_. Relatório do Grupo de Trabalho designado por Portaria Ministerial para elencar subsídios à **Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 14.191 de 2021 da Educação Bilíngue de Surdos**. Dispõe o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para os surdos e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como a primeira língua, e de outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 de agosto de 2021.

COLL, Cesar; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesus. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Machado. **Atendimento educacional especializado: pessoa com surdez**. São Paulo: MEC/Seesp, 2007.

DIZEU, L. C. T. DE B.; CAPORALI, S. A.. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 583–597, maio 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LScdWL65Vmp8xsdkJ9rNyNk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03. jun. 2022.

FERNANDES, E. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FERNANDES, Eulalia; RIOS, Katia Regina. **Educação com Bilingüismo para Crianças Surdas**. INTERCÂMBIO, vol. VII, 1998.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista**. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, P. A. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**. São Paulo: AVERCAMP, 2006.

LODI, A. C. B. Desenvolvimento de linguagem e apropriação da Libras como primeira língua por crianças surdas e práticas de letramento. In C. R. M. Giroto, S. E. S. O. Martins, & A. P. Berberian (Orgs.),. **Surdez e educação inclusiva** (pp. 13-35). Marília: Oficina Universitária, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARCON, Andréia Mendiola. O papel do tradutor/intérprete de Libras na compreensão de conceitos pelo surdo. **ReVEL**, v. 10, n. 19, 2012. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/644681b81f2cb7f90f93b613729ef637.pdf>.

MARQUES, Cauê Jucá Ferreira. ARAÚJO, Luís André da Silva. LOUREIRO, Marta Cavalcante Benevides. MUNGUBA, Marilene Calderaro. A Educação Bilíngue na Universidade Federal do Ceará: o perfil do alunado do curso de Letras Libras. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, 9(7): 1-21, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/bDksCCqdMwGqX9KtfTpBycb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04. jul. 2022.

MATISKEI, A. C. R. M.. **Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas**. Educar em Revista, n. 23, p. 185–202, jan. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/bDksCCqdMwGqX9KtfTpBycb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12. out. 2022.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MONTEIRO, Myrna Salerno. **História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil**. ETD, Campinas , v. 07, n. 02, p. 292-302, mar. 2006 . Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S167625922006000000027&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167625922006000000027&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 19 jul. 2022.

OLIVEIRA, Fabiana B. Desafios na inclusão dos surdos e o intérprete de Libras. **Diálogos e Saberes, Mandaguari**, v. 8, n. 2012. Disponível em: <https://silo.tips/download/desafios-na-inclusao-dos-surdos-e-o-interprete-de-libras>. Acesso em: 08. dez. 2022.

OLSON, David R; TORRANCE, Nancy. **Cultura Escrita e Oralidade**: 7a ed. São Paulo: Ática, 2016.

PEDROSO, C. C. A. **Com a palavra o surdo: aspectos do seu processo de escolarização**. 2001. 115 p. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3020/DissAMCL.pdf?sequence=1>. Acesso em: 09. maio. 2022.

PINAUD, Denise da Costa. **Intérprete Educacional: seu papel como mediador do conhecimento para o aprendizado do aluno surdo**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) Universidade Federal Fluminense Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3020/DissAMCL.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03. Mar. 2022.

QUADROS, Ronice Muller de. **O tradutor e intérprete de língua de sinais brasileira e língua portuguesa.** Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>. Acesso em: 03. fev. 2022.

\_\_\_\_\_. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa.** Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC; SEESP, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>. Acesso em: 03. ago. 2022.

REILY, L. **Escola inclusiva: Linguagem e mediação.** São Paulo: Papyrus, 2004.

RIBEIRO, Lucas Antônio. **A Educação dos Surdos no Brasil: Pesquisa Histórica e Constatações em um Contexto Específico.** 2019. 116 f. Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Letras – Português e Espanhol pela Universidade Federal de São Carlos, São Carlos (SP), 2019. Disponível em: [https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/12921/TCC\\_LucasAntonioRibeiro\\_L\\_EE\\_UFSCar.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/12921/TCC_LucasAntonioRibeiro_L_EE_UFSCar.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 05. jun. 2022.

ROCHA, Solange. **O Ines e a educação de surdos no Brasil no Brasil.** Rio de Janeiro: INES, 2008.

RODRIGUES, C. H.. **Competência em tradução e línguas de sinais: a modalidade gestual-visual e suas implicações para uma possível competência tradutória intermodal.** Trabalhos em Linguística Aplicada, v. 57, n. 1, p. 287–318, jan. 2018.

RODRIGUES, Cristiane Seimetz; VALENTE, Flávia. **Intérprete de Libras.** Curitiba. IESDE Brasil S.A., 2012.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Os Estudos Surdos.** 2004. Disponível em: [www.feneis.org.br/educacao/artigos\\_pesquisas/estudos\\_surdos.htm](http://www.feneis.org.br/educacao/artigos_pesquisas/estudos_surdos.htm) Acesso em : 20 jul. 2022.

SANTOS, Lara Ferreira dos. **O fazer do intérprete educacional: práticas, estratégias e criações.** São Carlos: UFSCar, 2014.

SANTOS, W.J. **Ambiente de Ensino-Aprendizagem da LIBRAS: o AEE para alunos surdos.** 11. ed. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 12. ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2021.

SEDUC, Secretaria de Educação do Ceará. **Instituto Cearense de Educação de Surdos comemora 55 anos com alunos e ex-alunos,** 2016.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais.** São Paulo: Herder, 1965.

SILVA, K. S. X.; OLIVEIRA, I. M. O Trabalho do Intérprete de Libras na Escola: um estudo de caso. **Educação & Realidade**, v. 41, n. 3, p. 695–712, jul. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/zNcKDXPg9V6VPScRqCb7XR/?format=pdf>. Acesso em: 04. ago. 2023.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo**. São Paulo: Plexus, 2001.

SKLIAR, C. **Atualidade da educação bilíngüe para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, ano 8, n.16, pp.20-45, 2006.

STROBEL, Karin. **História da Educação de Surdos**. Editora da UFSC, Florianópolis; 2009.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. 1990. Disponível em [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por). Acesso em 19 jul. 2022.

## **ANEXOS**

### **FORMULÁRIO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

#### **A - TRAJETÓRIA PESSOAL**

01 - Diga um pouco de sua trajetória pessoal, educacional e profissional, e o que o levou a escolha de trabalhar com a LIBRAS.

#### **B – FORMAÇÃO DOCENTE**

02 - Como se deu sua preparação para ser interprete de Libras?

03 - Que cursos ou formação são necessárias para este processo?

#### **C- TRABALHO PROFISSIONAL**

04 - Como você avalia a presença do intérprete de Libras dentro da Escola?

05 - Como se dá esta relação com professores/as e estudantes?

06 - Qual sua percepção sobre o entendimento dos professores/as acerca do trabalho de interprete de Libras? Integrado, isolado ou outras formas.

07 - Como se deu ou se dá o trabalho dentro de uma Escola que possui intérprete de libras? Momentos específicos ou no cotidiano da escola?

08 - E durante o tempo que passou na escola de ensino médio, você participou de planejamentos e formação juntamente com os demais professores? Se, sim, como foi. Se não, aponte quais as razões.

09 - Como você foi recebido pelo corpo docente e alunos da escola? Todos entendiam, tinham conhecimento do seu papel como profissional de intérprete em libras?

10 - Como você vê a educação inclusiva no nosso estado? As Escolas no nosso município e no nosso Estado, estão estruturadas e adaptadas com acessibilidades e profissionais preparados a atender as demandas?

#### **D – AÇÃO COM LIBRAS**

11 - Que desafios você enfrentou durante sua experiência como intérprete de libras na aprendizagem de uma estudante surda, em uma escola pública de ensino médio no município de Baturité-CE?

12 - Qual o seu papel em sala de aula como um profissional de intérprete em LIBRAS com essa aluna surda?

13 - Dentro do contexto escolar a aluna se comunica em LIBRAS com os colegas, professores e demais funcionários da instituição? Há outras pessoas que saiba libras dentro dessa Escola de ensino médio?



14- Durante esse período, como você avalia a interação/socialização da aluna dentro do espaço escolar? Era bem acolhida por todos? Inserida, e incluída nas atividades e bentos no geral? De fato, você percebeu que houve inclusão?

15 - Qual sua metodologia com a aluna surda para que ela possa se sentir incluída e compreender os conteúdos?

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu estou sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar do estudo “**INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS NA EDUCAÇÃO: OS DESAFIOS DO PAPEL DO INTÉRPRETE DENTRO DO RAMO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS SURDOS DO ENSINO MÉDIO NO CEARÁ**” e que tem como objetivo: Compreender a atuação e relevância do intérprete de LIBRAS em sala de aula com alunos/as surdos/as e o seu papel na educação. Acreditamos que ela seja importante porque pode ampliar o conhecimento sobre o assunto, tendo em vista a pouca discussão que se tem sobre este tema.

### **PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO**

A minha participação no referido estudo será através da participação em um grupo focal, a ser realizado de forma presencial, garantindo-se o sigilo das informações.

### **RISCOS E BENEFÍCIOS**

Fui alertado de que, da pesquisa a se realizar, não existir benefício direto pela participação. Recebi informações, de que não haverá desconfortos ou riscos advindos de minha participação.

### **SIGILO E PRIVACIDADE**

Estou ciente de minha privacidade respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma me identificar será mantido em sigilo. Os pesquisadores se responsabilizam pela guarda e confidencialidade dos dados, bem como a não exposição dos dados de pesquisa.

### **AUTONOMIA**

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação. Também fui informado de que posso recusar a participar do meu representado no estudo, ou retirar o consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, este não sofrerá qualquer prejuízo à assistência que vem sendo recebida.

### **CONTATO**

Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são **MARIA LUIZA CARLOS DA SILVA**, estudante (Pedagogia-UNILAB) e **PROF. IVAN COSTA LIMA** e com eles poderei manter contato pelos telefones: (85) 99800-6314.

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UNILAB (CEP) pelo telefone (85) 3332-1414 entre segunda e sexta-feira das 08h00 às 17h30 ou pelo e-mail [cep@unilab.edu.br](mailto:cep@unilab.edu.br)

### **DECLARAÇÃO**

Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tive a oportunidade de discutir as informações deste termo. Todas as minhas perguntas foram respondidas e eu estou satisfeito com as respostas. Entendo que receberei uma via assinada e datada deste documento e que outra via assinada e datada será arquivada pelo pesquisador responsável do estudo.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

<b>DADOS DO PARTICIPANTE DA PESQUISA</b>	
Nome:	
Assinatura	
Data	